

"REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E PERIODIZAÇÃO: ORIGENS
DA INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO"

Claudio Antonio Gonçalves Egler

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRA
MAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FE
DERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECES
SÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
(M.Sc.)

Aprovada por:

Bertha Koiffmann Becker

Bertha Koiffmann Becker
(Presidente)

Luiz Fernando L. Legey
Luiz Fernando L. Legey

Nelson Maculan Filho
Nelson Maculan Filho

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
MARÇO DE 1979

FICHA CATALOGRAFICA

EGLER, CLAUDIO ANTONIO GONÇALVES

REFLEXÕES SOBRE ESPAÇO E PERIODIZAÇÃO: ORIGENS DA INDÚSTRIA NO
RIO DE JANEIRO

[RIO DE JANEIRO] 1979

V, 138p. 29,7cm (COPPE-UFRJ, M.Sc. Engenharia de Produção, 1979)

Tese Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de
EngenhariaI - Reflexão crítica sobre as dimensões espaciais do processo de
transição da economia colonial para urbano-industrial no Rio de
Janeiro I - COPPE/UFRJ II título (série)

SUMÁRIO

Esta dissertação se propõe a uma reflexão crítica sobre as dimensões espaciais do processo de transição da economia colonial para urbano-industrial no Rio de Janeiro. Seu objetivo principal é oferecer uma contribuição ao entendimento das relações entre espaço e processos históricos.

Estas relações foram analisadas a partir da origem da indústria no Rio de Janeiro, buscando demonstrar como cada formação sócio-econômica delimita uma forma espacial peculiar.

O ponto de partida da análise é a inserção do Rio de Janeiro no "Espaço de Produção Colonial", resultante da expansão mercantil européia. A Revolução Industrial e o rompimento do "Pacto Colonial" permite a ascensão da burguesia comercial, delimitando a "Região Mercantil Escravista Cafeeira do Rio de Janeiro", que, no momento da industrialização, desagra-se em dois polos: a "Cidade" mercantil e manufatureira do Rio de Janeiro e o "Campo" capitalista cafeeiro de São Paulo.

Ao propor esta sucessão de divisões espaciais, este trabalho procurou mostrar a validade histórica determinada dos conceitos empregados na análise do espaço ao mesmo tempo que ressaltou o papel das relações espaciais, enquanto parte integrante dos processos econômicos e sociais.

SUMMARY

The main purpose of this study is to make a critical reflection on the spatial dimensions of the transition process from a colonial to an urban-industrial economy in Rio de Janeiro. Its principal goal is to understand the relationships between space and historical processes.

These relationships have been established through the analysis of the origins and evolution of industries in Rio de Janeiro, in order to demonstrate how each socio-economic formation delimits a spatial form.

The starting point of this analysis is the insertion of Rio Janeiro in the "space of colonial production" as a result of the european mercantil expansion. The industrial revolution and break of the colonial pact allows the emergence of the comercial bourgeoisie delimiting the "Rio de Janeiro coffee-slave-holding mercantil region" that at the time of the industrialization separates into two poles: Rio de Janeiro, the mercantile and manufacturing "city" and São Paulo the coffee-planting capitalistic "countryside".

At the same time study proposes this succession of spatial divisions it aims to demonstrate the determined historical validity of the concepts used in the analysis of the problems of space it also emphasis the role of the spatial relationships as a component of the economic social processes.

INDICE

	pág.
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivos da Dissertação	1
1.2. Quadro Conceitual	3
1.2.1. Espaço e Modo de Produção	3
1.2.2. Espaço e Modo de Produção Capitalista.	6
1.3. Desenvolvimento do Trabalho	11
CAPÍTULO II - O RIO DE JANEIRO NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO COLONIAL	17
2.1. O Espaço da Produção Colonial	17
2.1.1. O Desenvolvimento Mercantil e Manufatureiro	17
2.1.2. A Expansão Colonial	19
2.1.3. O Espaço da Produção	22
2.2. A Expansão Colonial e o Rio de Janeiro.	27
2.2.1. As Plantações Escravagistas.....	27
2.2.2. A Empresa Mineradora	33
2.2.3. O Comércio Colonial	35
2.2.4. A Pequena Produção Mercantil ...	39
CAPÍTULO III - A REGIÃO MERCANTIL ESCRAVISTA DO RIO DE JANEIRO	47
3.1. A Industrialização e o Predomínio Bri- tânico	47
3.1.1. A "Revolução Industrial" na In <u>gl</u> a terra	47
3.1.2. A Indústria Britânica e o Escravismo...	49

3.2.	A Burguesia Mercantil e a Região Cafeeira do Rio de Janeiro.....	53
3.2.1.	Gênese da Região Mercantil Esca - vista	53
3.2.2.	A Expansão da Região Cafeeira.	59
3.3.	A Transição para a Manufatura no Rio de Janeiro	67
3.3.1.	O Crescimento Comercial.....	67
3.3.2.	A Produção Mercantil	69
3.3.3.	Da Produção Mercantil a Manu fatura	71
CAPÍTULO IV - "CAMPO" E "CIDADE" NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO INDUSTRIAL		88
4.1.	A "Segunda Revolução Industrial".....	88
4.2.	A Expansão Cafeeira Capitalista em São Paulo	91
4.2.1.	Ferrovia e Colonato: A Transi- ção para o Trabalho Livre.....	91
4.2.2.	A Expansão Cafeeira	96
4.3.	O Crescimento Industrial no Rio de Ja neiro.....	101
4.3.1.	A Transição da Manufatura pa- ra a Fábrica.....	101
4.3.2.	O Impasse na Industrialização.	107
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS		122
BIBLIOGRAFIA		125

INDICE DE TABELAS

	pág.
Tabela II.1 - Produção de Açúcar do Brasil (1710)....	29
Tabela II.2 - Distribuição da Produção Açucareira no Rio de Janeiro (1799)	31
Tabela III.1 - Contribuição do Brasil na Produção Mundial de Café	52
Tabela III.2 - Percentagens dos Principais Produtos na Exportação Brasileira	58
Tabela III.3 - Expansão das Estradas de Ferro	61
Tabela III.4 - Unidades Produtivas Industriais no Rio de Janeiro (1852).....	75
Tabela III.5 - Distribuição de Unidades Produtivas Industriais no Rio de Janeiro.....	80
Tabela III.6 - População das Maiores Cidades Brasileiras (1872).....	81
Tabela III.7 - Indicadores da Indústria Textil (1866/1881).....	83
Tabela IV.1 - Proporção das Exportações da Alemanha, EUA e Grã-Bretanha.....	90
Tabela IV.2 - Investimentos Britânicos no Brasil.....	91
Tabela IV.3 - São Paulo: Imigração Subvencionada (1888/1915).....	97
Tabela IV.4 - Porto do Rio de Janeiro - Importação (Médias Anuais)	107
Tabela IV.5 - Valor da Produção Industrial (1907) % do Total Nacional	109

	pág.
Tabela IV.6 - Porto do Rio de Janeiro - Importações de Gêneros Alimentícios e Forragens Agrícolas. 1888/1899	111
Tabela IV.7 - Distritos Federal - Estrutura Indus- trial 1907/1919 - (Valor Bruto da Produção %).....	114
Tabela IV.8 - Participação Percentual no Setor Industrial - 1920	116

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

	pág.
Mapa II.1 - Distribuição dos Engenhos de Açúcar e Aguardente no Rio de Janeiro.....	32
Mapa II.2 - A Área de Mineração e o Rio de Janeiro.	38
Mapa III.1 - Principais Núcleos da Região Cafeeira do Rio de Janeiro.....	57
Mapa III.2 - Expansão da Rede Ferroviária.....	64
Mapa IV.1 - A Marcha do Café em São Paulo	99

Capítulo I - INTRODUÇÃO

1.1 - Objetivos da Dissertação

1.2 - Quadro Conceitual

1.2.1 - Espaço e Modo de Produção

1.2.2 - Espaço e Modo de Produção Capitalista

1.3 - Desenvolvimento do Trabalho

Capítulo III - A REGIÃO MERCANTIL-ESCRAVISTA DO RIO DE JANEIRO

- 3.1 - A Industrialização e o Predomínio Britânico
 - 3.1.1 - A "Revolução Industrial" na Inglaterra
 - 3.1.2 - A Indústria Britânica e o Escravidão
- 3.2 - A Burguesia Mercantil e a Região Cafeeira do Rio de Janeiro
 - 3.2.1 - Gênese da Região Mercantil Escravidista
 - 3.2.2 - A Expansão da Região Cafeeira
- 3.3 - A Transição Para a Manufatura no Rio de Janeiro
 - 3.3.1 - O Crescimento Comercial
 - 3.3.2 - A Produção Mercantil
 - 3.3.3 - Da Produção Mercantil à Manufatura

I - INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos

Esta dissertação se propõe a uma reflexão crítica sobre as dimensões espaciais do processo de transição da economia colonial para urbano industrial no Rio de Janeiro. Longe de ser uma análise conclusiva e final, este trabalho tem como objetivo oferecer uma contribuição ao entendimento das articulações entre espaço e processos históricos.

A meta original desta monografia seria analisar as relações entre a indústria e o crescimento urbano no Rio de Janeiro no período posterior a década de 1930, quando se consolida a indústria de bens de consumo individuais no Brasil.

Extensivos levantamentos de dados foram efetuados para, de maneira formal, avaliar o impacto da indústria sobre a distribuição da população urbana. Tabulações foram processadas, cartogramas elaborados e ensaiadas algumas interpretações, porém, cada vez que eram acumuladas novas informações quantitativas, percebia-se que as linhas mestras da configuração do espaço da produção no Rio de Janeiro estavam ditadas no passado, mais que isto, reproduziam um processo, cujas raízes remontavam a própria inserção do Rio de Janeiro na economia colonial.

Diante deste quadro, o que seria apenas um

capítulo introdutório, descrevendo as origens históricas da indústria no Rio de Janeiro, passou a ser o objeto da análise desta dissertação. Não havia dúvida que o crescimento industrial e urbano refletia marcas profundas de um papel político e econômico que pertencia ao passado, mas que estava servindo de suporte para a definição do espaço da produção capitalista industrial do presente.

Esta postura, de buscar no passado as raízes do presente, reflete também um posicionamento científico diante das transformações que atravessa a sociedade brasileira. No sentido de entendê-las como resultantes de um processo cuja determinação reflete o estágio atual de desenvolvimento capitalista, marcado pelas leis gerais que regem a evolução do modo capitalista de produção, porém inscrito no espaço por relações sociais e econômica específicas da formação social brasileira.

Somente a análise de uma situação concreta permite colocar em cheque concepções formais e mecanicistas de desenvolvimento; e no caso do Rio de Janeiro isto vai acontecer quando da internalização de relações capitalistas de produção, a então Capital Federal, palco do primeiro surto industrial do Brasil, no final do século passado, foi incapaz de manter suas "vantagens cumulativas" no crescimento urbano-industrial, cedendo a primazia para São Paulo. Como explicar a superação de um centro industrial já estabelecido por outro situado próximo? Quais interesses sociais se fizeram presente no momento desta superação? Quais as relações espaciais que existiam entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como de que modo

estavam articuladas suas relações com o campo cafeeiro?

As respostas a estas questões exigem que se defina o papel desempenhado pelo Rio de Janeiro nas diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Principalmente no momento em que ocorre a transição para a indústria, que enquanto processo não pode ser entendido como uma manifestação linear e uniforme, mas que inscreve no espaço o desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção.

Neste ponto é que reside a contribuição deste trabalho para o desenvolvimento regional, procurando apreender a partir de uma situação concreta e determinada, no caso as origens da indústria no Rio de Janeiro, as relações que se processam entre as diferentes etapas do desenvolvimento do capitalismo e as formas que se materializam no espaço da produção.

1.2. Quadro Conceitual

1.2.1. Espaço e Modo de Produção

A "questão espacial" constitui objeto de análise e política, motiva debates acadêmicos e planos de intervenção, neste sentido, "o estudo do desenvolvimento urbano e regional está se tornando sinônimo do estudo de economia política"⁽¹⁾.

A construção do conceito espaço, enquanto instrumento de análise sobre processos econômicos e sociais é

um fato recente; podemos traçar sua trajetória partindo da noção de espaço geográfico, enquanto superfície da terra, ao qual Perroux (1964) chamou de "banal" ao desenvolver as noções de espaços econômicos, capazes de apreender o comportamento espacial de homens, firmas e Estados.

Foi Lefebvre (1973) que lançou o brado "o espaço é político", e levantou o mito de neutralidade aparente do espaço, expondo que, na programação econômica francesa, a "questão espacial" é uma questão política, sendo parte integrante dos conflitos de interesses da sociedade como um todo. Da mesma maneira Castells (1972 e 1973) mostra que as contradições urbanas refletem as contradições sociais em uma determinada forma de apropriação do espaço - a cidade. Harvey (1977) estabelece relações entre formas espaciais e processos sociais e discute a relação entre justiça social e sistemas espaciais, indicando que o espaço é parte integrante do processo de distribuição da riqueza, refletindo portanto interesses manifestos nas práticas sociais.

Os avanços no sentido de tratar a "questão espacial" como parte integrante das contradições sociais pode ser encontrado também em Santos (1975) que procura determinar as relações entre espaço e dominação, analisando a lógica espacial do grande capital e o papel do Estado na distribuição da mais valia no espaço. Por final, Lipietz (1978) mostra que as relações sociais polarizam o espaço e que o conflito de interesses pode assumir contornos de luta política interregional, como no caso da Ocitânia francesa.

O marco conceitual que será adotado neste trabalho é a concepção de espaço definida por Lefebvre (1972) como o "lugar da reprodução das relações de produção"⁽²⁾, enquanto categoria capaz de abranger as diferentes instâncias das relações entre sociedade e natureza. Neste sentido, não há o menor significado no espaço ou diferentes tipos de espaços fora do corte de estrutura social em termos científicos, isto é, a partir dos conceitos de modo de produção e formação social.

Para Castells (1977) "isto significa que cada modo de produção, e, enfim, cada estágio de um modo de produção implica numa divisão distinta de espaço, não somente em termos teóricos, mas em termos das relações reais instauradas entre os diferentes espaços"⁽³⁾.

O uso e a apropriação do espaço está portanto determinado pelo modo em que está organizada a produção de bens materiais, e como tal reflete os interesses das classes envolvidas na produção e reprodução social. Caberia então perguntar: o que resulta disto?

Em primeira instância, a superação do empirismo das análises sobre a problemática urbana e regional, demonstrando que de nada adianta procurar conhecer os "impasses" urbanos ou regionais como manifestação localizada, específica, criando uma tipologia de regiões ou cidades, buscando regras empíricas, estatísticas e formais. Urge, portanto, entender as dimensões espaciais como parte integrante das relações sociais em um período histórico definido, que se manifestam em uso e

apropriação do espaço (Lipietz 1978).

Por outro lado, fornece instrumental para, em análises retrospectivas, entender o processo de evolução de determinada porção do espaço. Santos (1978) mostra que o espaço possui certa "permanência", que se revela na estrutura construída por determinada formação sócio-econômica que é legada a outra, que a transforma segundo suas práticas sociais.

Bernardes (1971) expõe este fenômeno da "permanência" de estruturas espaciais, quando ao analisar as transformações da região do Rio de Janeiro afirma que: "tem se processado com o apoio na rede urbana estruturada em decorrência de uma situação passada, cujos reflexos se fazem sentir ainda hoje, revelando a força de permanência que caracteriza a vida urbana em áreas de ocupação tradicional".⁽⁴⁾

A compreensão das estruturas espaciais que caracterizam cada fase de desenvolvimento da sociedade exige que se aprenda as linhas mestras do desenvolvimento dos modos de produção em abstrato, para em seguida explicar as manifestações concretas de cada formação sócio econômica.

1.2.2. Espaço e Modo de Produção Capitalista

Marx ao construir a periodização histórica das formações econômicas pré capitalistas procura também definir uma "especialização" expressa nas relações cidade e campo, Hobsbawn (1977) mostra que "a separação entre a cidade e o campo

é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho desde o berço da civilização até o século XIX⁽⁵⁾.

A importância das relações cidade e campo reside em dois elementos básicos - primeiro pelo seu papel de corte social entre produtores e não produtores, que explicita boa parte das relações sociais de determinada formação econômica, embora, como advirta Singer (1973) não as desune inteiramente, mostrando apenas parte da trama social.

O segundo aspecto é que as relações entre cidade e campo permitem apreender a transição no interior de uma determinada formação sócio-econômica. Explicitando: a relação cidade-campo, enquanto manifestação da divisão social do trabalho, constitui a base da circulação mercantil em uma porção definida do espaço, e como tal é uma das pré-condições para a transição para o capitalismo, assim como a acumulação primitiva e o mercado de força de trabalho.

A circulação de mercadorias é uma noção econômica e social de profunda implicação espacial, na medida em que pressupõe a separação do produtor do consumidor, separação esta que se manifesta em relações internas ou externas a uma formação econômico social.

A manifestação da circulação mercantil interna à formação sócio-econômica está expressa basicamente nas relações entre cidade e campo, o que permite a delimitação espacial de uma "região" pois "cada região continha em si mesma, o

conflito cidade-campo"⁽⁶⁾.

Isto permite recuperar o conceito de "Região Tradicional", do "PAYS" que representa uma comunidade fechada em si, voltada para a produção do excedente agrícola, conceito que Santos ⁽⁷⁾ (1978) mostra que impregna o pensamento geográfico até os dias atuais. Deve-se no entanto ressaltar que embora sua aplicação mecânica à realidade atual seja grosseira, esta concepção de região é fundamental para a análise de formações econômicas pré-capitalistas pelos motivos expostos acima. É uma categoria que reflete determinada estrutura social e que pouco tem a ver com a "região" reconstruída pelo capitalismo.

Essas divisões fundamentais do espaço de produção pré-capitalista passam a estabelecer, através das cidades, relações de troca recíprocas. Isto é reconhecido por Harvey ⁽⁸⁾ (1972) quando afirma que: "o urbanismo enquanto fenômeno geral não deve ser concebido como a história das cidades particularmente consideradas, mas como a história do sistema de cidades, dentro das quais, entre as quais e em torno das quais circula o excedente".

Nesse ponto, a riqueza já deixou de ser imobilizável, as terras passam a ser controladas por capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio e pela usura. A mobilidade do capital, resultante da acumulação primitiva desenvolve-se a partir da constituição desta rede de cidades ⁽⁹⁾.

A partir daí começa a se configurar a con

formação de um aglomerado de regiões, sob a proteção dos proprietários de terra, mas no interesse das cidades, que passam a ser garantia da circulação mercantil.

O desenvolvimento das relações mercantis leva à separação da indústria do comércio e ao advento da manufatura enquanto forma de produção. Neste ponto é possível distinguir duas vias, contando também com a possibilidade da mera estagnação:

A primeira ocorre quando o comércio domina a manufatura e se expande sobre ela, isto ocorreu onde o comércio já era atividade principal, intermediando mercadorias de regiões distintas, beneficiando-se dos lucros mercantis. Neste caso o desenvolvimento independente e dominante do comércio, longe de ser um fator de transformação social constitui um obstáculo ao desenvolvimento da produção capitalista⁽¹⁰⁾.

A segunda via ocorre quando a manufatura desenvolve-se apoiando-se no comércio e na agricultura, criando seu próprio mercado à medida que expande a força de trabalho sob seu controle. A divisão social do trabalho dentro dos ramos da produção constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno para o capital, o que representa a própria dissolução das relações de produção anteriores, pois pressupõe a separação do trabalhador dos meios de subsistência e dos meios de produção, transformando-o em vendedor de força de trabalho.

Na formação do mercado interno e do mercado

de trabalho, o capital apoia-se nas relações de produção pré-existentes e seu controle sobre a economia cresce com a desagregação da formação sócio-econômica anterior, que lhe oferece o "meio ambiente" necessário, neste caso as transformações no campo acompanham aquelas que ocorrem nas cidades.

A manufatura constitui a base sobre a qual se desenvolve a fábrica, enquanto forma básica de produção do capitalismo. A produção fabril de bens individuais e a de bens de produção desenvolvem-se simultaneamente a partir da manufatura e conquista a cidade separando por completo a indústria da agricultura e subordinando a circulação de mercadorias à sua produção.

A disponibilidade de um excedente econômico, distinto daquele obtido na agricultura, permite a reprodução ampliada, isto é a acumulação produtiva, capaz de permitir um crescimento autocentrado⁽¹¹⁾.

A partir deste momento as relações entre cidade e campo perdem poder de "explicação", pois sofreram uma radical transformação, o que permite que se coloquem em dúvida a validade da distinção entre campo e cidade. Na economia passa a vigorar a "lei do desenvolvimento desigual", expressão de taxas de acumulação diferenciadas entre ramos da produção ou porções distintas do espaço, característica do modo capitalista de produção.

O padrão da acumulação capitalista está

expresso nas relações centro-periferia refletindo desenvolvimento do capitalismo em profundidade (centro) e em extensão (periferia). Assim, as transformações no padrão de acumulação do centro são acompanhados e acompanham a expansão periférica.

A passagem do capitalismo mercantil e usuário para o capitalismo concorrencial e do artesanato para a produção industrial faz-se acompanhar por profundas transformações tanto na "cidade", como na rede urbana, pois o capital reconstrói o espaço anterior com sua lógica própria: a reprodução ampliada. Neste sentido, as relações cidade e campo são transformadas pelas relações centro-periferia, enquanto padrão espacial do processo de acumulação capitalista.

Isto foi percebido, no caso brasileiro, por Becker (1972)⁽¹²⁾ que mostra a desagregação da estrutura espacial agro-exportadora no Brasil sob o impacto da industrialização, esfacelando o "arquipélago" de regiões agrárias voltadas para o exterior, organizando-as sob a dependência de São Paulo.

1.3. Desenvolvimento do Trabalho

A subordinação das regiões agro exportadoras ao "comando" do centro industrial paulista constitui o marco histórico e social que limita este trabalho ao analisar o desenvolvimento do espaço da produção construído no Rio de Janeiro.

Seu ponto de partida é a inserção no espaço

de produção e reprodução social do sistema capitalista em escala mundial, o que se dá desde o momento inicial da colonização portuguesa.

O conceito de espaço colonial, foi usado por Castells⁽¹³⁾ para analisar a urbanização no período de dominação colonial, e como tal reflete o estágio de acumulação primitiva em níveis mundiais desenvolvido pelo capital mercantil e manufatureiro europeu.

No segundo capítulo desenvolveram-se as linhas mestras do espaço de produção colonial, cuja dimensão básica é dada nas colônias de exploração pelas relações de trabalho fundadas na escravidão, "reinventada" pelo capital mercantil enquanto maneira de obter, a baixos custos mercadorias de "luxo" que inundariam os mercados europeus.

O monopólio comercial e o "exclusivo metropolitano" criam "espaços cativos" que garantem a acumulação primitiva das burguesias nacionais europeias e permitem o desenvolvimento das manufaturas dentro de cada país.

Neste estágio não se pode dizer que no Rio de Janeiro existisse uma formação sócio-econômica definida, pois o móvel das relações estava ditado de "fora", por isso a economia local constituía um mero apêndice da acumulação mercantil, e todo o período colonial constitui o processo de gestação de uma classe social capaz de dar ao processo histórico uma dinâmica interna: A burguesia mercantil.

A burguesia mercantil participa ativamente da construção da "região mercantil - escravista cafeeira", através do financiamento a produção e participando da comercialização do café, o que será descrito no capítulo III.

Aceitando a colocação de Lipietz⁽¹⁴⁾ (1978) de que "A diferenciação dos espaços concretos (nacionais e regionais) deve ser abordada a partir das articulações das estruturas sociais e dos espaços que elas engendram" (grifos do autor), o conceito de "região mercantil escravista" tem maior poder de análise sobre o espaço de produção do Rio de Janeiro no período posterior ao rompimento do "pacto colonial", do que o de "espaço econômico sob a dominação comercial" proposto por Castells (1973), pois a burguesia mercantil impõe sua marca, expressa nas relações cidade-campo que, embora pouco diferenciadas, já constituem um processo de divisão social de trabalho inscrita sobre o espaço da produção.

Por outro lado, a caracterização de uma "região" mesmo "mercantil - escravista" já define espacialmente um processo, que embora sobredeterminado pela acumulação em escala mundial, possui sua dinâmica própria, enquanto "espaço econômico sob dominação colonial" oculta este papel, submetendo integralmente ao movimento externo.

No quarto capítulo, o conceito de "cidade" e "campo" tem grande poder de explicação sobre o processo de transição da economia mercantil escravista para capitalista industrial, pois a "região mercantil escravista" possuía dois polos,

que em algumas instâncias possuem interesses antagônicas: a "ci-
dade" mercantil e manufatureira do Rio de Janeiro e o "campo"
capitalista cafeeiro de São Paulo, neste sentido a dinâmica da
transição era interna, e, sua inscrição no espaço manifesta nas
relações cidade-campo.

N O T A S

- (1) PAHL, R.E. - Managers, Technical Experts and the State: Forms of Mediation, Manipulation and Dominance in Urban and Regional Development in Harloe, M.Ed. Captive Cities, Studies in the Political Economy of Cities and Regions, London, John Wiley & Sons, 1977, p.49.
- (2) LEFEBVRE, H. - Espace et politique, Ed.Paris, Anthropos, 1972, p.44.
- (3) CASTELLS, M. - A Questão Urbana (posfácio), in Seleção de Textos nº 3 A.G.B., São Paulo, 1977.
- (4) BERNARDES, L.M.C. - Considerações sobre a região do Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, out/dez 1971 p.107.
- (5) HOBBSBAWN, E. - Introdução in Marx, K., Formações Econômicas Pré-capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p.31.
- (6) MARX, K. - A Ideologia Alemã, opus cit., 1975, p.118.
- (7) SANTOS, M. - Por uma geografia nova, São Paulo, Hucitec, 1978, p.22.
- (8) HARVEY, D. - Urbanismo e Desigualdade Social - Madrid, Siglo XXI, 1977, p.261.

- (9) LEFEBVRE, H. - O Direito à Cidade, São Paulo, Documentos, 1969, p.11.
- (10) HARVEY, D. - Opus cit., p.264.
- (11) VER Bettelheim, C. - O excedente econômico, fator de base de uma política de desenvolvimento econômico, Planificação e Crescimento Acelerado, 2. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- (12) BECKER; B. - Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil, Revista Brasileira de Geografia, ano 34, nº 4, IBGE, 1972.
- (13) CASTELLS, M. - La urbanizacion dependente en America Latina, Imperialismo y urbanizacion en America Latina, Barcelona, Gustavo Gilli, 1973, 7-26 p.
- (14) LIPIETZ, A. - Le Capital et Son Espace, Paris, Maspero, 1978, p.28.

Capítulo II - O RIO DE JANEIRO NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO COLONIAL

2.1 - O Espaço da Produção Colonial

2.1.1 - O Desenvolvimento Mercantil e Manu
fatureiro

2.1.2 - A Expansão Colonial

2.1.3 - O Espaço da Produção

2.2 - A Expansão Colonial e o Rio de Janeiro

2.2.1 - As Plantações Escravagistas

2.2.2 - A Empresa Mineradora

2.2.3 - O Comércio Colonial

2.2.4 - A Pequena Produção Mercantil

II - O RIO DE JANEIRO NO ESPAÇO DA PRODUÇÃO COLONIAL

2.1. O Espaço da Produção Colonial

2.1.1. O Desenvolvimento Mercantil e Manufatureiro

O processo de expansão colonial, a partir do final do século XV, reflete as linhas mestras da expansão do capital mercantil, cujo móvel fundamental é obter lucros comerciais na esfera da circulação de mercadorias. Porém se numa primeira fase foi possível deter-se na troca de mercadorias, esta é apenas um esboço do real caráter da colonização.

Todo o período da expansão mercantil é também o período manufatureiro. A manufatura surge tanto a partir do rompimento da economia agrícola natural, como da entrada no domínio da produção pelo capital puramente mercantil. Existe uma tendência manifesta de privilegiar a vertente mercantil, quando se analisa o período que se estende do século XVI ao último quartel do século XVIII, obliterando, voluntária ou involuntariamente, seu caráter manufatureiro. No entanto, somente a expansão mercantil, enquanto instrumento de acumulação primitiva de capital no contexto europeu, não pode explicar as profundas transformações que se processaram concomitantemente com a circulação internacional de mercadorias.

Para entender um pouco mais este período, teríamos que buscar sua forma mais elaborada, que não está em Portugal, nem na Inglaterra, mas na Holanda do século XVII, que

desenvolveu plenamente não só o sistema colonial, como também, a produção manufatureira, atingindo o apogeu capitalista da Europa no século XVII⁽¹⁾.

A dívida pública, enquanto sistema de mobilização social de capitais, havia sido desenvolvida pelas cidades mercantis da Itália e difundiu-se por toda a Europa, no período manufatureiro, e na Holanda, assumindo sua forma elaborada, fazendo prosperar a circulação e a acumulação de capitais monetários. Com a dívida pública, nasceu o sistema internacional de crédito, que permitiu a circulação do capital monetário entre nações em busca de melhores rendimentos. Assim, capitais genoveses e venezianos "migraram" para a Holanda e daí, por sua vez, com a decadência da manufatura holandesa no princípio do século XVIII, para a Inglaterra.

Todo este processo de transformações que acompanha a expansão colonial, constitui aprofundamento das relações capitalistas no centro do sistema mercantil e manufatureiro, e constitui, assim como a extração de renda das colônias, mecanismos de acumulação primitiva de capital que não podem ser desprezados.

Ao sobretrabalho dos escravos nas plantações coloniais, deve ser acrescentada a mais valia dos operários nas manufaturas européias. Aos lucros mercantis do "exclusivo metropolitano", temos que adicionar os juros e os rendimentos de capital obtidos através da dívida e receita pública nas nações européias. Só assim, teremos uma visão integrada de um

período da história da humanidade, que culmina com a hegemonia do modo de produção capitalista.

2.1.1. A Expansão Colonial

O desenvolvimento do capitalismo no período mercantil e manufatureiro, expandiu o espaço da produção a níveis internacionais com o ingresso de novas áreas especializadas, no fornecimento de mercadorias complementares.

A lógica do capital mercantil estava em obter lucros comerciais na esfera da circulação de mercadorias, porém, isto só aconteceu quando os comerciantes europeus já encontraram um excedente comercializável, como por exemplo, na Índia, China e Japão. No entanto, isto só arranha a essência da "empresa colonial"⁽²⁾, montada e desenvolvida pelo capital mercantil que, desde sua origem, implicava investimentos em meios de transporte e em instrumentos de trabalho e guerra para obter mercadorias em larga escala.

Ouro, prata, madeiras corantes, especiarias estavam a milhares de quilômetros de distância; foi necessário organizar um sistema de extração e transporte que os fizessem chegar aos mercados europeus, onde se realizavam enquanto mercadorias.

Mais que isso, era necessário trabalhar para arrancar da terra as riquezas que inundariam a Europa no período mercantil e manufatureiro. Seja nas minas ou plantações,

o trabalho em larga escala era uma pré-condição da produção colonial, e o capital mercantil reinventou a escravidão e a servidão, conseguindo transformar o próprio trabalhador em mercadoria e enriquecer com seu comércio.

A fertilidade dos solos e as condições tropicais do clima, eram em si fatores naturais. Estavam disponíveis como as jazidas minerais no seio da terra. Era preciso que o trabalho as moldassem com seus instrumentos e produzissem mercadorias, as quais em quantidades que tornassem mais rentáveis ao investimento de capital. Era necessário que fosse aplicada uma grande quantidade de trabalho em um espaço relativamente grande, para arrancar da terra tudo que ela pudesse dar.

A cooperação de centenas de trabalhadores multiplica o efeito do trabalho, Não é simplesmente a adição do trabalho de cada um deles, mas uma interação, cujo resultado é maior do que a simples adição, da mesma maneira que a resistência do feixe de gravetos não é a soma da resistência de cada um deles. Diferentes trabalhadores atuando ao mesmo tempo em uma mesma operação, ou em operações conexas, representa o resultado do trabalho combinado, cujos efeitos são inegavelmente superiores a mera adição de cada um deles.

No entanto, como obter trabalho cooperado em terras despovoadas, ou cujo modo de produção não se coadunasse com os objetivos do capital mercantil? A resposta é simples. Tornando a cooperação compulsória, isto é, através da escravidão ou servidão.

Eis aí o caráter duplo da plantação colonial. De um lado é capitalista pela origem do empreendimento e pela sua inserção no mercado mundial; por outro lado é escravista em suas bases⁽³⁾.

A cooperação do trabalho constituía um pressuposto ao qual o capital mercantil não poderia fugir ao ingressar na produção de mercadorias coloniais, principalmente no açúcar, cujo calendário agrícola é restrito, exigindo o uso simultâneo de um grande número de trabalhadores no campo e no beneficiamento, sob o risco de perder boa parte da produção.

Se para produzir a custos compensadores era necessário fazê-lo em larga escala, a cooperação compulsória da escravidão foi reinventada pelo capital mercantil. Isto traz a contradição de ter que transformar o trabalho em trabalho social, ao mesmo tempo que o torna compulsório.

No entanto, a produção colonial revela apenas um aspecto da expansão do capital mercantil. Como para produzir é necessário consumir, o desenvolvimento da produção nas colônias expandiu, em larga escala o mercado, por bens manufaturados, alimentos e escravos.

Ao ampliar a circulação mercantil e monetária a níveis mundiais, bem como, desenvolvendo a especialização territorial da produção, o empreendimento colonial ampliou as dimensões e a diversificação do mercado.

Este processo beneficiou, em primeira instância, o capital mercantil e o Estado metropolitano que, através do monopólio do fornecimento de mercadorias essenciais às colônias, obtinham lucros comerciais extraordinários.

Por outro lado, é inquestionável que a formidável expansão dos mercados coloniais contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da manufatura europeia, que passou a atender uma demanda cada vez maior e mais diversificada de produutos manufaturados⁽⁴⁾.

2.1.3. O Espaço da Produção

O espaço da produção colonial estava determinado, em primeira instância, pelas condições materiais da própria produção, ou seja, refletindo o desenvolvimento das forças produtivas no período mercantil e manufatureiro.

Por outro lado, estas condições materiais estão dialeticamente ligadas às relações sociais, que se efetivam no processo de produção e reprodução social, cuja manifestação fundamental está expressa nas relações de propriedade sobre os objetos, meios e produtos do trabalho.

Com o desenvolvimento da navegação e os descobrimentos geográficos, ampliou-se enormemente a fronteira de recursos das nações europeias, principalmente Portugal e España, que se lançaram na conquista de territórios e mercadorias.

Porém, deve-se ressaltar que a disponibili
dade de terras e jazidas minerais, era uma pré condição da pro
dução. Para realizá-la, era necessário aplicar trabalho em
larga escala nos deslocamentos a grande distância, nas conquis
tas militares, na extração mineira e no cultivo de produtos agrí
colas,

Neste quadro, a noção de "abundância de ter
ras" é relativa, pois, para a produção colonial só interessava
as terras que pudessem ser integradas à circulação de mercado-
rias. Basta que tomemos a estimativa de Antonil⁽⁵⁾ para veri
ficar que, os gastos de transbordo e transporte do açúcar repre-
sentavam cerca de 17% do custo de produção da mercadoria no Bra-
sil, sendo que só o frete para Lisboa representava 14% do custo
total.

Dentro desta visão, não parece correto ex-
plicar a escravidão como consequência da abundância de terras,
que permitiria a expansão de uma fronteira agrícola de pequenos
produtores, ou melhor, pequenos "posseiros". Na verdade não
existe incompatibilidade nenhuma entre a pequena produção e a
escravidão, mas sim entre a escala de produção das empresas co
loniais e a disponibilidade de trabalho nas colônias⁽⁶⁾.

De nada adiantava ao empreendimento coloni
al meia dúzia de escravos. Antonil⁽⁷⁾ deixa bem claro isto,
quando enumera os requisitos de um senhor de engenho real. A
chave da "empresa colonial" consistia, não em colocar escravos
na produção, mas sim dispor de um grande número deles trabalhan

do em cooperação. Na verdade, não era o trabalho que era com
pulsório, mas a cooperação no trabalho que devia ser vigiada pe
los feitores.

Evidentemente, quando estamos analisando o empreendimento colonial, voluntariamente privilegiamos o grande estabelecimento voltado para a produção de mercadorias destina
das aos mercados europeus, pois, nele repousa o móvel fundamen
tal da expansão colonial. No entanto, é bom lembrar que, para
lamente a grande "empresa colonial" desenvolveu-se pequenas e
médias explorações voltadas para o fornecimento de gêneros de
subsistência. O conhecido "Sistema do Brasil", desenvolvido
nas plantações açucareiras do Nordeste brasileiro, e posterior
mente adotado nas Antilhas, mostra que a grande "empresa coloni
al" procurava internalizar seus custos com a produção de alimen
tos.

Neste quadro, o fator determinante para a expansão do empreendimento colonial não repousava propriamente na disponibilidade de terras, mas sim na disponibilidade de tra
balho. No caso das economias escravistas, isto é bem claro, pois, o móvel fundamental da reprodução repousava sobre o braço escravo. Assim, de nada adiantava ampliar a área do estabele
cimento se não dispusesse de escravos para movimentar a produ
ção.

Aí repousa o caráter especializado da produ
ção colonial, pois eram necessárias mercadorias de alto valor incorporado, como o ouro, a prata e mesmo o açúcar (que em de

terminada fase da colonização possuía valor de moeda) para garantir a reprodução, pois esta se fazia através da compra de mais escravos que constituía uma mercadoria, e não simplesmente utilizando mais terras.

Da mesma maneira, podemos compreender como somente alguns produtos de alto valor incorporado poderiam arcar com as despesas de transporte e larga distância para realizarem-se enquanto mercadorias. Nesse ponto, podemos separar a "empresa colonial" mineradora da agrária, pois, enquanto a primeira, desde cedo, permitiu a interiorização arcando com condições precárias de transporte continental, a segunda dependeu visivelmente das condições de transbordo.

Por final, cabe aqui questionar a aplicação mecânica da dicotomia cidade/campo no quadro da economia colonial, pois, enquanto a produção fosse agrária, sua realização, como mercadorias, só se dava a milhares de quilômetros de distância nas cidades mercantis da Europa.

Neste percurso é que repousa a fonte de lucros do capital mercantil e a maneira de controlar a renda do Estado metropolitano. Para conseguí-los, foi necessária a montagem de um sistema de transbordo e de controle sobre a circulação de mercadorias, que marcaram profundamente a evolução das economias coloniais.

Primeiramente, foi pré-condição do empreendimento colonial encontrar ancoradouros seguros para garantir a

circulação permanente de mercadorias, sendo necessário encontrar e controlar alguns "equipamentos" naturais, que dessem base segura a navegação e permitissem o armazenamento e transbordo de mercadorias. A colonização começa neste momento. A partir daí conquistou-se o território e organizou-se o empres
dimento mercantil.

Estes pontos privilegiados serviram para a concentração da produção e permitiam seu ingresso no circuito mercantil, constituindo parte integrante da própria produção, sem os quais ela não se realizaria, pelo menos, nos moldes pre
vistos pela "empresa colonial".

Por outro lado, o controle do "exclusivo me
tropolitano" que garantia os lucros comerciais e a renda do Es
tado, exigia mecanismos de coerção externos e internos, milita
res e ideológicos, obrigando a destinar parcelas significativas dos rendimentos coloniais para equipar e manter o aparato mili
tar-burocrático e religioso, que expressava o controle metropo
litano.

Não há a menor dúvida de que parte do produ
to foi destinado a construção de bens imóveis, destinados a ga
rantir a posse e a reprodução do empreendimento colonial, seja em armazéns, fortes ou igrejas. O móvel básico desta imobili
zação de capital repousava na manutenção de uma estrutura desen
volvida para viabilizar os investimentos do capital mercantil e a acumulação na Europa.

Neste quadro, tanto o "rural", como o "urbano" são determinados pelo móvel do empreendimento colonial, em suas relações expressam esta determinação. Não havia um campo e uma cidade que se relacionassem como tal, pois a divisão interna do trabalho estava determinada de fora; a evolução histórica das formações sócio-econômicas coloniais é que permitirá compreender sob que condições se cristalizaram os interesses que dotaram as antigas economias coloniais de uma dinâmica interna.

2.2. A Expansão Colonial e o Rio de Janeiro

2.2.1. As Plantações Escravagistas

Organizada em torno da baía da Guanabara, a produção açucareira constituiu a principal atividade econômica da Baixada Fluminense nas primeiras fases de sua história. A partir do recôncavo, as plantações avançam sobre as várzeas dos rios que demandavam a baía, seja pela fertilidade natural dos solos de aluvião, seja pela necessidade de escoar a produção por via fluvial.

A localização da produção colonial da cana de açúcar estava determinado não apenas pelas características ecológicas do vegetal, mas pelas condições materiais da produção, que exigiam, para ser compensador o empreendimento, o escoamento hidroviário do produto. No Rio de Janeiro, é conhecida a participação do trabalho escravo não apenas na plantação e no beneficiamento, mas também na manutenção e ampliação do sistema

de transporte.

Para colocar em operação uma grande planta
ção colonial, bem como garantir a reprodução, eram necessários
equipamentos, escravos, alimentos e animais de tração. Boa
parte destas necessidades eram atendidas através do comércio a
longa distância, porém outras passaram gradativamente a serem
supridas pela produção interna.

No caso de alimentos, geralmente o grande
estabelecimento colonial os produzia dentro de seus próprios li
mites, da mesma maneira destinavam área para a criação de ani
mais de corte e tiro. Porém, no caso da criação de animais,
desde cedo criaram-se condições de separá-la da produção açuca
reira.

A pecuária, embora dependente da plantação,
esboça, já nas primeiras fases da colonização, um processo de
divisão interna do trabalho; no Rio de Janeiro isto assume con
tornos com a ocupação, a partir do século XVIII, dos Campos dos
Goitacazes através dos "currais de gado" para abastecer as plan
tações canavieiras.

Mais que isto, com a expansão da produção
açucareira, os senhores de escravos entraram em conflito com os
senhores de gado do norte fluminense, em um processo que durou
até meados do século XVIII, quando os engenhos tomaram conta
do baixo Paraíba.

A importância da produção açucareira do Rio de Janeiro pode ser avaliada pela Tabela II-1.

Tabela II-1

Produção de Açúcar do Brasil (1710)

Áreas Produtoras	Engenhos	%	Produção (caixas)	%
Bahia	146	28	14.500	40
Pernambuco	246	47	12.300	33
Rio de Janeiro	136	25	10.220	27

Total	528	100	37.020	100

Fonte: Antonil, A.J. (1963) Opus cit., p.54/55

Observa-se que o Rio de Janeiro detinha cerca de 1/4 do equipamento produtivo (engenhos) e da produção de açúcar da Colônia, sendo a principal área produtora a Bahia, onde a escala dos engenhos é sensivelmente maior do que a do Rio.

No entanto, desde meados do século XVIII, a produção açucareira brasileira sofria diretamente com a concorrência das plantações antilhanas, o que acarretou uma queda acentuada nos preços, embora o apogeu minerador, ao deslocar o centro econômico colonial para o Centro sul, tenha contribuído para estimular a expansão das plantações na área de Campos, ao contrário da decadência em que mergulharam os engenhos nordestinos.

Na verdade, a expansão da produção canavieira escravista na Baixada dos Goitacazes, acompanha o declínio da mineração, pois, segundo diversos autores, o número de engenhos que era de 34 em 1737, passou a 55 em 1769 e 278 em 1783, além de que a lavoura canavieira na área de Campos se desenvolverá de maneira diferente das demais áreas produtoras, devido ao grande número de pequenos engenhos e pequenas culturas, já aparecendo a figura do "fornecedor" nos fins do século XVIII, enquanto pequenos produtores sem engenhos próprios. Outro aspecto importante é a presença de trabalho livre e o desenvolvimento do sistema de parceria na lavoura da cana de açúcar.

A Guerra da Independência nos Estados Unidos, a Revolução Francesa e por último as Campanhas Napoleônicas na Europa, formam um quadro político que acompanha a Revolução Industrial na Inglaterra, estendendo-se desde o último quartel do século XVIII, até os dois primeiros decênios do século XIX. Neste período entra em crise o sistema colonial, que no Brasil é acompanhado por breve surto de renascimento das plantações tropicais de cana de açúcar e expansão do cultivo do algodão e arroz.

"Entretanto", adverte Furtado⁽⁸⁾, "essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava".

Esta fase é acompanhada pela recuperação das plantações açucareiras no Recôncavo da Guanabara e pela expansão dos engenhos dos Campos de Goitacazes e em escala menor na Baía de Ilha Grande e nas Baixadas Litorâneas.

Segundo o Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para o ano de 1799, a distribuição dos engenhos para a fabricação de açúcar e aguardente no Rio de Janeiro pode ser vista na Tabela II-2.

Tabela II-2

Distribuição da Produção Açucareira no Rio de Janeiro (1799)

Áreas de Produção	Engenhos de Açúcar	Engenhos de Aguardente
Recôncavo da Guanabara	228	85
Baía da Ilha Grande	39	155
Cabo Frio	25	9
Campos dos Goitacazes	324	4

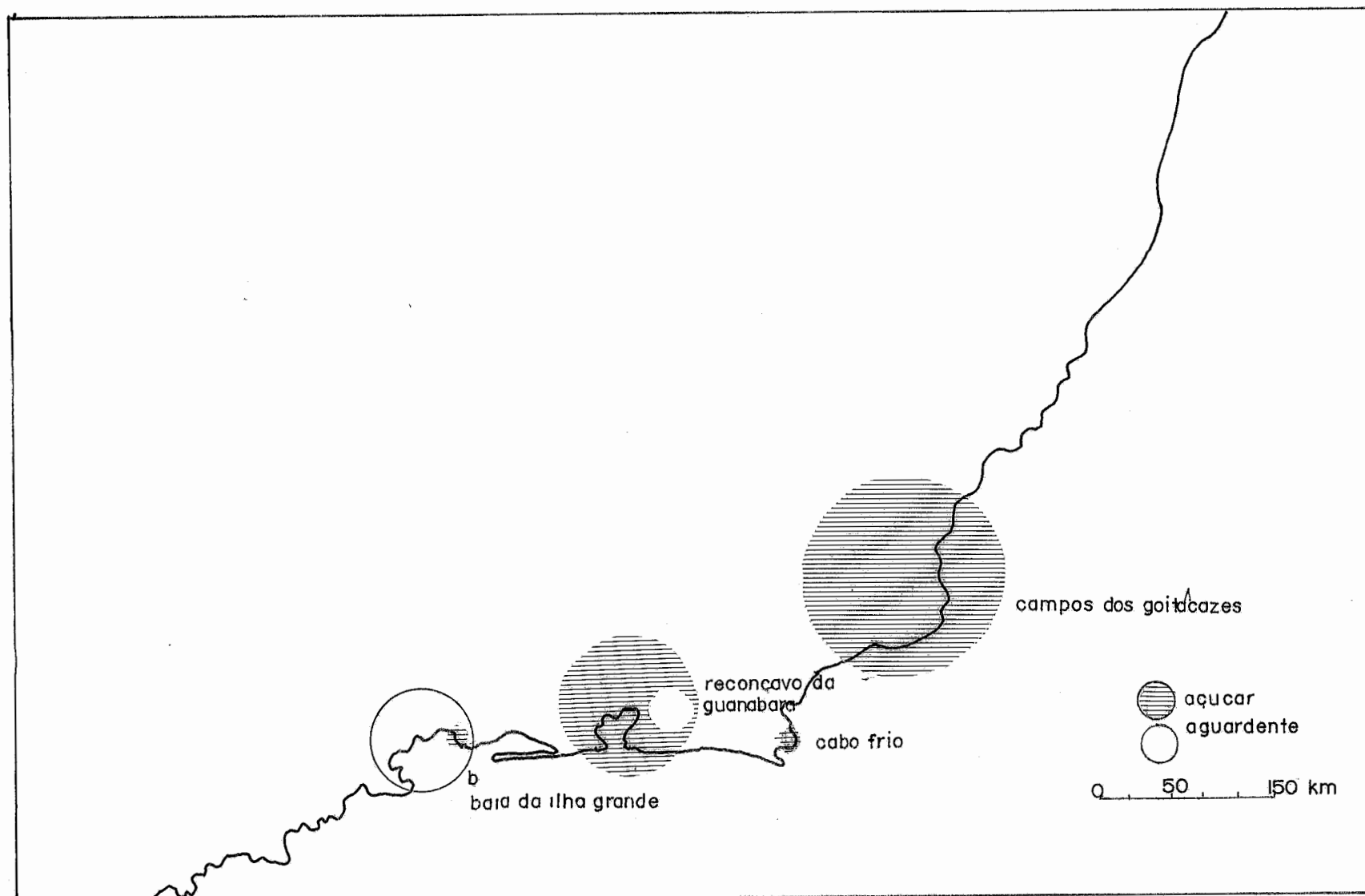
T O T A L	616	253

Fonte: Prado Junior, C. - Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, Brasiliense, São Paulo, 1945 p.139

O elevado número de engenhos de aguardente reflete a importância do comércio com as costas da África, já que a aguardente de cana era produto de escambo no tráfico de escravos, praticado em larga escala pelos comerciantes do Rio de Janeiro (Mapa II-1).

MAPA II-1

DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS DE AÇUCAR E AQUARDENTE



FONTE: CAIO PRADO, OB. CIT. P. 139

No período entre 1775 e 1802, a exportação de açúcar pelo Rio de Janeiro quadruplicou quanto ao volume e sextuplicou quanto ao valor, mas longe de significar uma conquista definitiva, representava o final de uma época.

2.2.2. A empresa mineradora

Desde os primórdios do século XVIII até a década de 80, a extração de metais e gemas preciosas constitui o eixo principal de atenções do empreendimento colonial no Brasil, transferindo do Nordeste para o Centro sul todo o aparato de controle metropolitano.

O ouro, enquanto mercadoria, traz dentro de si a idéia do equivalente geral, ou seja da moeda. Sempre no móvel do empreendimento colonial esteve presente a busca aos metais preciosos, do enriquecimento rápido e garantido. Na verdade, a exploração de metais preciosos no quadro do sistema colonial revela de forma aguda, um processo crônico: a exploração das fontes originais da riqueza: terra e trabalho.

A extração de ouro aguçou o controle do Estado português sobre sua colônia, representava uma brecha aberta para a recuperação da crise na qual Portugal se debatera no último século⁽⁹⁾, e o Estado Metropolitano desenvolveu diversos mecanismos para captar uma parcela significativa da produção aurífera.

É necessário que se considere o quadro da economia ibérica ao analisar o episódio minerador no Brasil, pois com o desenvolvimento da Holanda e Inglaterra no decorrer do século XVIII, não só como nações colonialistas, mas como manufatureiras; Portugal e Espanha já assumiam papel subordinado no contexto político-econômico europeu.

Desde 1703, com o Tratado de Methuen, Portugal trocava o desenvolvimento manufatureiro por garantias no mercado inglês de vinhos, beneficiando os grandes viticultores e comerciantes, contra os nascentes interesses dos capitais manufatureiros.

Neste quadro, a extração aurífera se deu em um momento que os capitais portugueses não tinham condições de organizar um empreendimento em larga escala, ao contrário da "empresa colonial" açucareira, que quando se expandiu no Brasil, Portugal detinha o monopólio mundial do produto.

Por outro lado, a mineração nos moldes em que foi desenvolvida no Brasil, não compensava grandes investimentos, sendo em grande parte desenvolvida por faiscadores independentes, com um pequeno número de escravos. Cano⁽¹⁰⁾ mostra que "não parece haver dúvida de que o grande capital era contido, tanto pelo maior risco como pela reduzida chance de maior excedente que pudesse ampliá-lo" na mineração.

No entanto, tanto o Estado metropolitano como o capital mercantil vão procurar obter a maior parcela possí

vel dos rendimentos da empresa mineradora, e o fizeram através dos mecanismos de tributação e do comércio, sobre os quais o Rio de Janeiro exerceu papel de capital.

2.2.3. O Comércio Colonial

O desenvolvimento do Rio de Janeiro, no período colonial, mostra como em uma economia dominada pelo "exclusivo metropolitano" e pela produção escravagista, o comércio colonial consegue expandir-se, nos interstícios do sistema, detendo certa quantidade de riqueza monetária, capaz de dotar os interesses mercantis estabelecidos na colônia de uma dinâmica própria.

A circulação interna de mercadorias, bem como o comércio inter-colonial - excetuando aí o tráfico de escravos em larga escala - eram brechas abertas, que nem sempre compensavam grandes investimentos dos negociantes metropolitanos, e foram gradativamente preenchidas por pequenos e médios comerciantes, tanto reinóis, como coloniais.

O Rio de Janeiro constituiu, desde cedo, um ponto privilegiado para o pequeno e médio comércio intra e inter-colonial, seja por sua posição em relação a fronteira sul da colônia, seja por sua integração com as plantações açucareiras do recôncavo da Guanabara.

Se a cana de açúcar deu a base econômica para o desenvolvimento do porto do Rio de Janeiro, o comércio

estimulou seu crescimento urbano. "Em 1711, ALPHONSE DE BEAU CHAMP relatava que a população da capitania era de 20.000 e que em 1713 somente a do porto do Rio de Janeiro se elevava a 12 mil ..."(11).

Este precoce desenvolvimento comercial pode ser explicado por fatores geográficos: sítio natural favorável para a navegação regular e para a defesa; bem como sua posição em relação a porção sul da colônia e a foz do rio da Prata, o que facilitava o comércio, legal ou ilegal, intra e inter-colonial.

Por outro lado, as Invasões Holandesas nas áreas açucareiras do Nordeste potenciaram o papel do Rio de Janeiro enquanto fornecedor do produto às metrópoles ibéricas, da mesma maneira que o tornaram o principal abastecedor de escravos e alimentos das áreas em conflito.

Quando descobriu-se ouro no planalto, o Rio de Janeiro já possuía os contornos de um núcleo comercial que com o episódio minerador, será ampliado em consequência da interiorização de grandes contingentes demográficos envolvidos na extração do metal.

A exploração mineira, ao interiorizar a produção colonial, beneficiou diretamente o comércio, na medida que desenvolveu, em larga escala, a circulação interna de mercadorias e, segundo Eulália Lobo: "O Rio de Janeiro foi o maior beneficiado com essa nova atividade econômica ao se converter no

principal escoadouro de metais e pedras preciosas para a Europa e centro da zona abastecedora da região mineira¹¹⁽¹²⁾. (Mapa II-2).

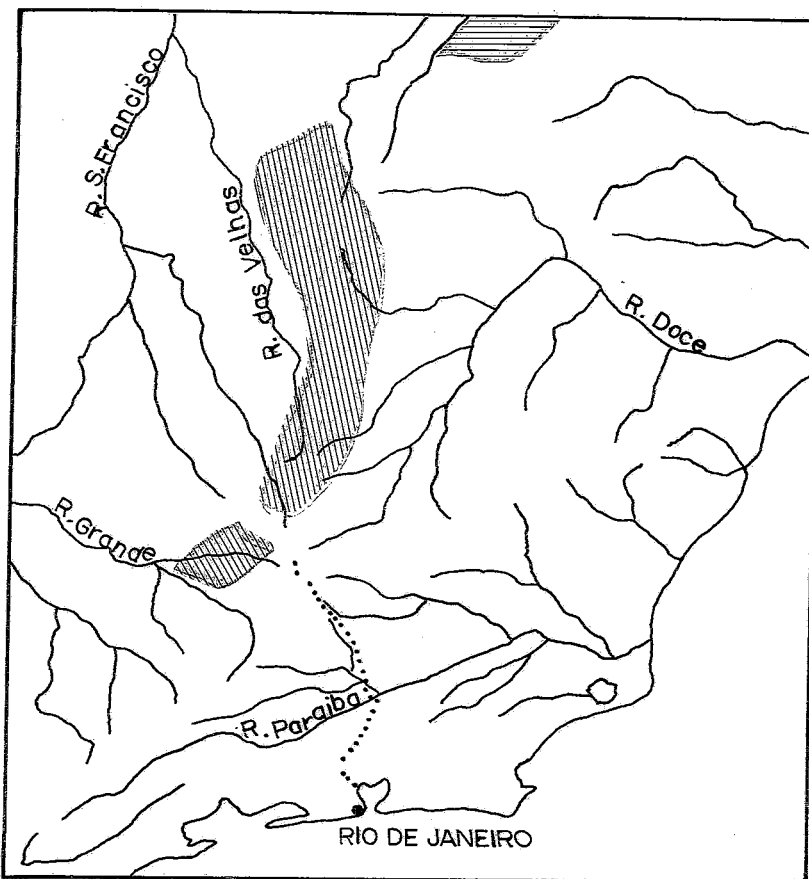
O controle da produção e da circulação de metais e gemas preciosas forçou a transferência do aparato burocrático-militar para o Rio de Janeiro, em 1763, o que contribuiu para o crescimento do aglomerado urbano, que nesta época já tinha sua população estimada em cerca de 30.000 habitantes.

O declínio da atividade mineradora foi acompanhado pelo comércio, porém os negociantes locais conseguiram resistir aos esforços centralizadores e monopolistas da política pombalina e, de um modo ou outro, a nascente burguesia mercantil do Rio de Janeiro esteve ligada ao surto plantador do final do século XVIII, seja através da circulação de mercadorias, seja através do financiamento da produção.

Desta maneira, ao findar o período colonial, já era possível detectar, no quadro da formação social brasileira, uma classe mercantil, que havia se destacado parcialmente de sua matriz metropolitana, dispondo de capital, sob a forma de mercadoria ou monetária, capaz de impulsionar uma acumulação própria.

A separação entre o comércio metropolitano e o desenvolvido pelos mercadores coloniais já estava implicitamente reconhecido quando nas instruções para a aplicação do célebre Alvará de 1785, que proibia as manufaturas no Brasil, o

MAPA II - 2

A ÁREA DE MINERAÇÃO E
O RIO DE JANEIRO

Fonte: Bernardes, L M C - A Posição do Rio de Janeiro...
Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, pg. 189

então ministro de Portugal, Martinho Melo e Castro afirmava que: "sendo o Estado do Brasil o mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo seus habitantes, vassallos desta Coroa, por meio da lavoura e da cultura, não sô tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mas muitos artigos importantíssimos para fazerem como fazem, um extenso e lucrativo comércio e navegação ..."(13).

Por outro lado, a atividade mercantil coloniais possuía, no final do século XVIII, relativa autonomia em relação a propriedade de terras e escravos, pois "da lista de 126 mercadores por atacado de 1794, praticamente igual a de 1791, somente cerca de 32 eram proprietários rurais e a maioria destes adquiriu terras na velhice"(14).

Configurava-se assim, no seio de uma sociedade colonial escravagista, o esboço da divisão do trabalho entre cidade e campo, embora profundamente marcada pelo processo de colonização. O comércio constituiu o móvel básico da "empresa colonial" e, inevitavelmente, foi a partir da circulação mercantil que se cristalizaram interesses capazes de reter internamente uma parcela do produto excedente em moeda.

2.2.4. A Pequena Produção Mercantil

A transição da cooperação simples para a cooperação fundada na divisão do trabalho, isto é a manufatura capitalista exigia que se encontrassem "vis a vis" o capital enquanto detentor dos meios de produção e os trabalhadores dispos

tos a vender sua força de trabalho. A base escravagista da produção de mercadorias da economia colonial de plantações já era em si um obstáculo.

Por outro lado, a nascente burguesia mercantil colonial, não tinha forças, nem interesse em competir com os fornecedores metropolitanos de produtos manufaturados, aos quais estava intimamente associada. A aplicação do Alvará de 1785 foi uma exigência desta burguesia mercantil, no que diz respeito as manufaturas mineiras de tecidos grossos de algodão, pois fazia concorrência aos comerciantes do Rio de Janeiro que os importavam da Europa ⁽¹⁵⁾, guardando para si o papel de comerciante e usuário que marca precisamente o capital mercantil.

Neste quadro resta a pequena produção domêstica e o artesanato enquanto formas de transformação industrial. Quanto a pequena transformação doméstica é de se supor que ela existisse e atendesse as necessidades imediatas de escravos e outros trabalhadores agrários.

Quanto ao artesanato, já na fase de pequena produção mercantil, o Rio de Janeiro, enquanto principal centro da Colônia, reflete bem a situação desta forma de produção.

A população do Rio de Janeiro no final do século XVIII atingia 43.376 habitantes, o que sem dúvida representava um mercado consumidor razoável, mesmo descontando a população escrava, que representava 34,5% da população, isto é, 14.986 habitantes, os livres brancos constituíam 24.163 e os

libertos 4.227 habitantes, representando respectivamente, 45,1% e 20,4% da população total⁽¹⁶⁾.

Os ofícios que foram relacionados no Almanaque Histórico da Cidade para 1799 indicam 462 unidades estabelecidas predominando os sapateiros com 29,2% os marceneiros com 13,8%, os seleiros com 7,4%, os pintores com 6,9%, os demais ofícios em número de 33 profissões representavam os restantes 42,7% da unidades levantadas.

Quando grupados segundo a matéria prima trabalhada a mesma ordem tende a se repetir pois aqueles que trabalham o couro representam 39,4%, os que trabalham madeiras 22,1%, os que trabalham metais em geral 17,5% e os ligados a materiais diversos ou não individualizado representam 21,0%⁽¹⁷⁾.

Isto indica de um modo geral a pequena divisão social do trabalho nos quadros de uma economia colonial de plantações, mesmo considerada em seu aspecto urbano; o que diga-se de passagem, não é de estranhar tendo em vista que a divisão social do trabalho é causa e consequência do tamanho do mercado consumidor, que em uma economia sob monopólio comercial e baseada na escravidão possui sérias limitações.

No entanto, os ofícios possuíam um esboço de organização em guidas ou corporações, que se faziam representar através das irmandades, como por exemplo, a Irmandade de São Jorge, que representava os ofícios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, latoeiros, espírgandeiros, entre outros. Estas cor

porações estavam subordinadas à Câmara, que exercia o controle sobre a atividade artesanal; e os seus membros podiam votar nas eleições para o Governo Municipal.

Há de se destacar ainda, para encerrar o quadro da atividade de transformação industrial no período colonial, a construção naval executada como um prolongamento da atividade mercantil, que no Rio de Janeiro assume alguma importância a partir de 1763 com a fundação do atual Arsenal de Marinha, porém a descrição do processo de trabalho neste arsenal feita por visitantes europeus fazem supor que não havia sequer a menor cooperação coordenada no trabalho, tratando-se de um aglomerado de artesãos e escravos⁽¹⁸⁾.

Desse modo o desenvolvimento da atividade industrial em uma economia colonial estava obstado antes de qualquer medida legal que o formalizasse, como tenta fazer o Alvará de 1785 embora não impedisse que ela existisse, mas como simples apêndice da economia agrária e mercantil.

N O T A S

(1) Marx, K. - O capital, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, Livro I Vol.1, p.828 a 840.

(2) A origem histórica da "empresa colonial" pode ser buscada no Mediterrâneo, a partir da expansão do capital mercantil; Waibel (1958) coloca que:

"Nas colônias dos venezianos e genoveses no Levante dá-se a transição entre a maneira feudal da exploração dos latifúndios para processos capitalísticos. Em Cândia, Chios e Chipre, a condição senhorial rural da Idade Média transforma-se na exploração do tipo "plantage" e isto na indústria do açúcar e do algodão, conforme vamos encontrá-la mais tarde na América".

Waibel, L. - A Forma Econômica da "Plantage Tropical" in Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1958, p.47.

(3) "A escravidão e a servidão repostas como necessárias para a produção em larga escala numa fase do desenvolvimento do capitalismo e para a comercialização no mercado internacional, tem em comum com a escravidão antiga e a servidão medieval apenas a forma. Estas são necessariamente limitadas à medida que combinam relações sociais básicas. Porém, o que importa não é quantas são as relações sociais básicas, como se combinam abstratamente, mas como são "inventados" e "reinventados os contextos específicos".

Cardoso, F.H. - As Classes Sociais na América Latina, São Paulo, 1973, mimeo, p.11.

(4) "As colônias asseguravam mercados às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada;" in Marx, K. - Opus cit. p.871.

(5) Antonil, A.J. - Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, Rio de Janeiro, IBGE, 1963, p.55.

(6) Aqueles que acreditam na escravidão como forma de deter a pequena unidade produtora, vale lembrar as palavras de Pero de Magalhães Gandavo, no "Tratado da Terra do Brasil" escrito por volta de 1570, que mostra não haver incompatibilidade nenhuma entre a "pequena propriedade" e a escravidão:

"As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada hum alcançar dous pares ou meia dúzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação; porque huns lhe pescão e caçãõ, outros lhe fazem mantimento e fazenda e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos Índios da terra buscam de comer para si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despreza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas".

E também acrescenta: "e assim há também muitos escravos de guiné; estes são mais seguros que os Índios da terra por

que nunca fogem nem têm para onde".

Citado por Simonsen, R.C. - História Econômica do Brasil (1500-1820), São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978, p.128.

(7) Antonil, A.J., opus cit. p.10.

(8) Furtado, C. - Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974, p.92.

(9) "A Índia perdida e toda a pimenta e canela, as grandes riquezas de outrora em mãos de holandeses. Angola dava somente escravos, "negócios (notavam os Membros do Conselho Ultramarino, em 1675) que até hoje não acabou de livrar de escrúpulos a consciência cristã". A exportação de açúcar e tabaco diminuída pela concorrência de Barbados. O pau-brasil vencido nos mercados consumidores por outro, de menor preço, e sem emprego, a não ser para tempero das tintas manipuladas com o produto espúrio. Na conjuntura, só dos metais preciosos, arrancados à terra, se podia esperar remédio".

João Lucio de Azevedo, citado por Simonsen, R.C. opus cit. p.263.

(10) Cano, W. - Economia do Ouro em Minas Gerais (Sec.XVIII)-in Contexto, Jun.77, p.101/102.

(11) Lobo, E.L. - História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro), Rio de Janeiro,

IBMEC, 1978, p.34.

(12) Lobo, E.L. - Opus cit. p.28.

(13) Citado por Ferreira Lima, H. - Formação Industrial do Brasil (Colônia), Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, p.320.

(14) Lobo, E.L. - Opus cit. p.55.

(15) Lobo, E.L. - Opus cit. p.52.

(16) Lobo, E.L. - Opus cit. p.122.

(17) Lobo, E.L. - Opus cit. p.68 a 71.

(18) Ver Ferreira Lima, H. - Opus cit. p. 195 a 197.

III - A REGIÃO MERCANTIL-ESCRAVISTA DO RIO DE JANEIRO

3.1. A Industrialização e o Predomínio Britânico

3.1.1. A "Revolução Industrial" na Inglaterra

A revolução industrial culmina um longo processo de transição, com a transformação das forças produtivas pelas relações de produção capitalistas. Significa que o capital já controla a produção social com o objetivo de gerar não apenas mercadorias, mas principalmente mais-valia, que garanta sua reprodução ampliada.

A industrialização é o ápice do processo de separação da propriedade da terra e do trabalho da propriedade do capital, e a indústria fabril é o meio que materializa e potencia esta separação.

A Grã-Bretanha foi o país que reuniu as condições favoráveis à primeira expansão fabril, por razões que não cabe no espaço deste trabalho analisar, mas que repousam na desagregação da produção feudal e no desenvolvimento do capital manufatureiro e mercantil.

O sistema colonial, a dívida pública, os impostos pesados, o protecionismo e as guerras comerciais estão na gênese do capitalismo industrial inglês e permitem que a Grã Bretanha assuma a dianteira no final do século XVIII enquanto nação industrial, e se tranforme na "oficina do mundo".

Esta posição dá a Grã Bretanha um papel preponderante nas sete primeiras décadas do século XIX - o chamado período de concorrência do capitalismo, em que a indústria inglesa levanta a bandeira do liberalismo econômico contra os grandes proprietários rurais e o monopólio comercial.

A produção industrial necessitava de matérias primas e alimentos coloniais, cujo controle estava nas mãos dos plantadores coloniais, que obtinham lucros adicionais do monopsonio para a metrópole. Os plantadores de açúcar das Índias Ocidentais e os grande fazendeiros de trigo da Inglaterra estavam do mesmo lado, e procuraram defender suas vantagens comerciais. Foram ambos derrotados pelo capitalismo industrial ⁽¹⁾.

Por outro lado, o monopólio comercial dos artigos vendidos as colônias era um obstáculo a penetração de manufaturados ingleses em todo mundo. Era uma premissa, para a expansão da indústria e a realização de sua produção, o rompimento de privilégios nacionais quanto aos mercados coloniais. A ruína do Pacto Colonial e do "exclusivismo metropolitano" não se fez por esperar ⁽²⁾.

No entanto, deve-se considerar que, a despeito da Revolução Americana, as transformações que levaram a hegemonia do modo de produção capitalista na Inglaterra foram acompanhadas por grande expansão territorial sobre a Índia, cuja conquista foi completada em 1828, o povoamento da Austrália (intensificado a partir de 1813), da Nova Zelândia (a partir de 1839), além da intervenção direta na China, forçando a abertura

do mercado chinês aos manufaturados britânicos em 1842, isto sem falar na vizinha Irlanda, que a partir de 1801 foi incorporada à Inglaterra.

Esta expansão repousa sobre bases radicalmente diferentes daquelas montadas pelo capital mercantil e manufatureiro, pois não estão mais na circulação de mercadorias, e sim em sua produção. A divisão fabril do trabalho havia transformado a Inglaterra na "oficina do mundo", eram necessários alimentos e matérias primas, em larga escala e a preços baixos, para baratear os custos de produção, da mesma maneira que era fundamental a conquista de amplos mercados para realizar esta produção e garantir a reprodução ampliada do capital.

Desta maneira, embora fosse contrária ao Pacto Colonial, a Inglaterra conquista novos territórios, ampliando sua fronteira de recursos, da mesma maneira que amplia "manu militari" seus mercados. Deve-se entender o desenvolvimento da produção industrial britânica nesta fase, avaliando esse movimento de expansão.

3.1.2. A Indústria Britânica e o Escravismo

A Inglaterra, que havia se beneficiado diretamente do comércio triangular Europa-América-África, a partir do século XIX, abre guerra declarada ao tráfico de escravos, procurando deter a evasão de trabalhadores da costa da África e cortando a fonte última de abastecimento dos senhores de escravos das plantações americanas.

Outro aspecto a ser considerado estava na ampliação do mercado de força de trabalho, necessária para a "difusão" das relações capitalistas de produção, no entanto, apesar de ter abolido formalmente a escravidão em suas colônias a partir de 1834, a Inglaterra mantém estreitas relações com economias escravistas da América, das quais devem ser destacadas: o sul dos Estados Unidos e o Brasil.

Estas duas economias possuíam traços comuns, entre eles podemos destacar o fato de que ambas encontravam-se em expansão territorial, dispondo de terras em larga escala, que de um modo ou outro foram sendo incorporadas ao sistema produtivo, boa parte delas, graças ao braço escravo.

O expressivo desenvolvimento da plantação escravagista de algodão, durante a primeira metade do século XIX, no sul dos Estados Unidos, não pode ser entendido sem considerar o crescimento da demanda gerada pela indústria têxtil britânica, da mesma maneira que a Guerra da Secessão arrasta a crise esta indústria, em consequência da interrupção do fornecimento de sua matéria prima básica.

É possível especular sobre as vantagens que obtinha a indústria têxtil na Inglaterra ao transferir, quase que diretamente, sobretrabalho escravo das plantações algodoeiras para o processo de extração de mais valia industrial, pode-se admitir que fossem grandes - as vantagens - pois mesmo dispondo do algodão indiano, a Inglaterra dependia diretamente do algodão das plantações escravistas americanas.

Por outro lado, o Brasil vai articular sua inseção na divisão internacional do trabalho através da mercadoria café, cujo consumo cresceu com o proeltariado industrial, com a jornada de trabalho nas fábricas, isto é, com a rigidez e monotonia do trabalho fabril, assim como cresceu o consumo de chá, e mesmo o de álcool.

Ao contrário do algodão, matéria prima fundamental para a indústria têxtil, o café não compunha os custos constantes de produção, mas sim entrava na cesta de bens necessários a reprodução da força de trabalho, isto é, seu barateamento permite ampliar a taxa de mais valia, porém sua escassez, em primeira instância, é absorvida pela massa trabalhadora, e não pelo capital.

Além disso, deve-se considerar que estando a mergem do processo fabril; isto é, não constituía matéria prima para nada, a não ser café; sua produção não foi percorrida pela onda de inovações técnicas que caracterizam esta fase. Na verdade, as primeiras inovações significativas só apareceram a partir da segunda metade do século XIX.

Neste quadro, o Brasil desenvolveu a produção cafeeira baseada no trabalho escravo, que o conduziu ao monopólio no fornecimento do produto ao mercado mundial. Burguesia mercantil, proprietários de escravos, trabalho compulsório e terras férteis disponíveis foram os ingredientes desta expansão, que só pode ser entendida dentro do contexto do desenvolvimento industrial, que aprofundava as relações capitalistas de

TABELA III.1

Contribuição do Brasil na Produção Mundial de Café

Períodos	Porcentagem da Produção Mundial
1820 - 29	18,18
1830 - 39	29,7
1840 - 49	40,0
1850 - 59	52,09
1860 - 69	49,07
1870 - 79	49,09
1880 - 89	56,63
1890 - 94	59,7
1895 - 99	66,68
1900 - 04	75,64

Fonte: Hans Scherrer, Die Kaffesvalorisation und Valorisationversuche in anderen Welthandelsartikeln, citado por Nor-Mano, J. F. - Evolução Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.^a edição, 1975, p.55.

produção, nas nações "centrais", ampliando a massa de proletários, que, em última instância, foram os grandes consumidores do café do Brasil.

3.2. A Burguesia Mercantil e a Região Cafeeira do Rio de Janeiro

3.2.1. Gênese da Região Mercantil-Escravista Cafeeira

As convulsões políticas que se estendem do último quartel do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX, a Revolução Industrial na Inglaterra, levaram ao rompimento do Pacto Colonial em 1808, o que, de um modo ou outro, abriu espaço para a ação das classes interessadas na independência política, em especial a nascente burguesia mercantil, que a obteve em 1822.

Embora as ligações políticas com Portugal estivessem ainda personificadas na figura do Monarca, as ligações econômicas estavam voltadas diretamente para a Inglaterra; ligações estas que já começavam a refletir a nova divisão internacional do trabalho em consequência da Revolução Industrial.

A Revolução Americana e o Bloqueio Napoleônico tinham atingido diretamente a Inglaterra para que ela deixasse de lado o nascente Império Brasileiro. Desde cedo sua presença decisiva foi notada no comércio de manufaturados, abrindo filiais e representações comerciais, principalmente no Rio de Janeiro. O Brasil começava a se inserir na nova divisão

internacional do trabalho como um dos mercados preferenciais para a indústria britânica.

O Rio de Janeiro assume nesta fase papel fundamental na articulação das novas relações econômicas entre o Estado Brasileiro e o nascente capitalismo industrial, pois além de capital do Império, o Rio representava seu principal centro comercial, colocando a nascente burguesia mercantil em contato direto com as teias do comércio internacional, sem a tutela do monopólio português.

Fica claro que, embora situada na esfera da circulação de mercadorias, a burguesia mercantil brasileira, cujo melhor exemplo é a do Rio de Janeiro, tem que organizar um sistema de produção que viabilise as relações de troca ao nível internacional, ou seja que consiga se inserir no quadro da divisão internacional do trabalho não apenas nos poros dos lucros mercantis, mas se quiser obtê-los terá que articular-se sobre a produção de mercadorias para trocar por outras mercadorias. Neste quadro que emerge a produção cafeeira.

Furtado, (1974) ao descrever a gênese da economia cafeeira, deixa claro que sua origem não é meramente agrária mas segundo o autor "desde cedo sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados"⁽³⁾.

Nesse ponto é necessário que se introduza o

personagem "urbano" do comissário de café, enquanto representante típico da burguesia mercantil na produção escravista cafeeira.

A casa comissária assumiu importância capital na produção do café, pois atuava como representante do proprietário de escravos no circuito comercial. Suas funções estavam em vender o café, nas melhores cotações, ao exportador. Após a venda, a comissária agia como casa bancária, abrindo conta em nome do fazendeiro, efetuando operações comerciais e financeiras, como por exemplo, comprando, nas casas importadoras, as mercadorias necessárias ao abastecimento da fazenda. Além disso, o comissário ingressava na própria produção ao financiar a montagem e o custeio das fazendas escravocratas⁽⁴⁾.

Ao atuar como representante comercial e agente financeiro na produção cafeeira, o comissário define o papel da "cidade" no quadro da economia mercantil-escravista, pois enquanto a produção de café fosse rural, e sua expansão se desse basicamente em escravos e terras, a comercialização era urbana e detia uma parcela do produto excedente em moeda.

No entanto, todo este esquema estava montado sobre a exportação e importação de mercadorias, daí o porto assumir aspecto fundamental. Nesse quadro é possível entender o papel desempenhado pelo Rio de Janeiro, enquanto porto exportador e importador para e pelo café e sede de um grande número de casas comissárias⁽⁵⁾.

Desde o início interessava a cafeeicultura voltada para a exportação produzir em larga quantidade, sem o menor interesse pela qualidade; café do Brasil significava café barato. Para obtê-lo bastava reproduzir o esquema desenvolvido na colônia: explorar em larga escala os dois fatores básicos da produção terra e trabalho.

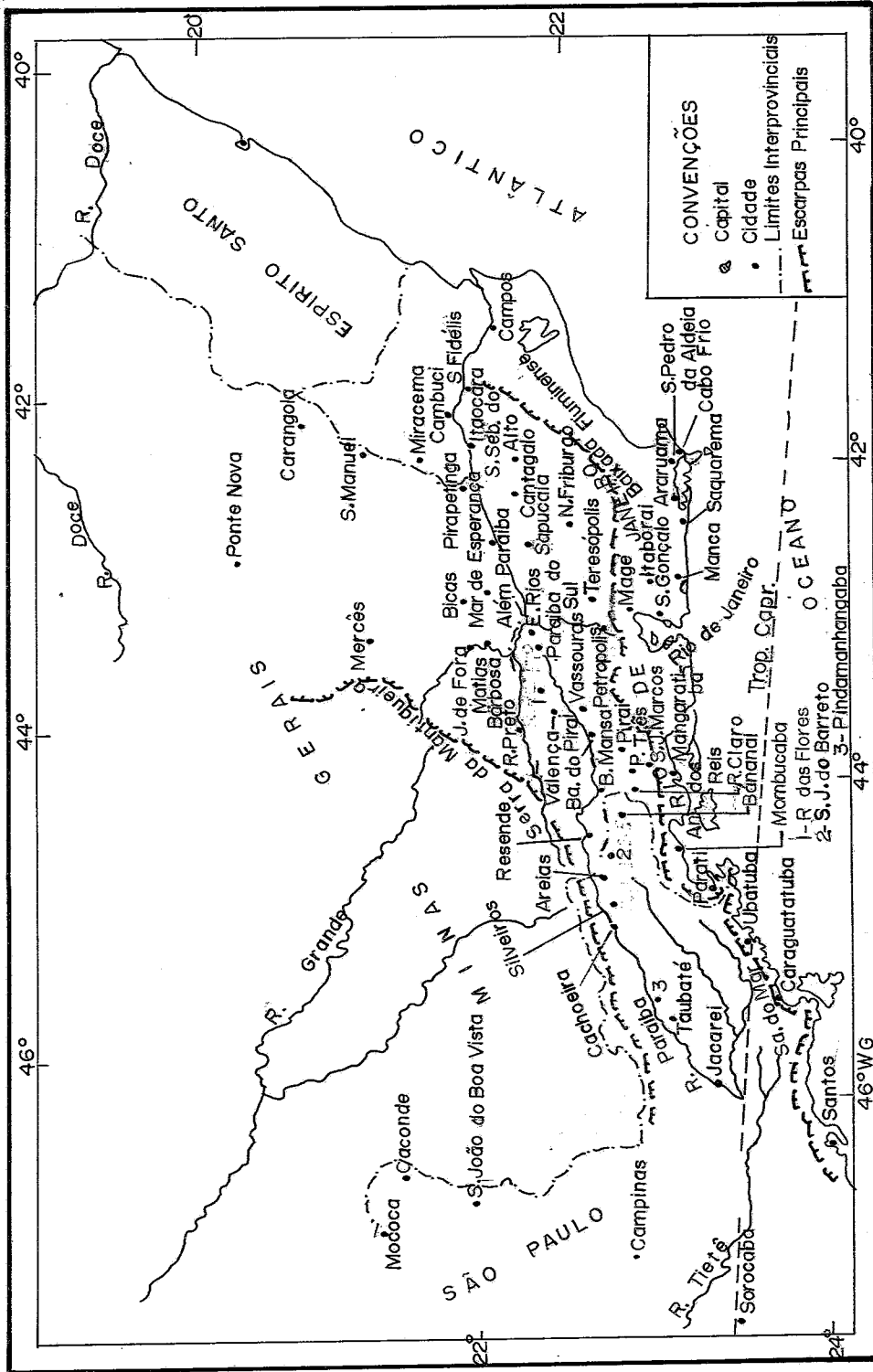
Assim o café começa sua longa marcha, iniciando nos arredores do Rio de Janeiro, galga a Serra do Mar e ganha o Vale do Paraíba e a Zona da Mata mineira quando, por volta de 1830, o café assume o primeiro lugar nas exportações brasileiras; posição que permanecerá por mais de um século (vide tabela III.2).

Este período corresponde a conquista dos mercados internacionais, quando a produção em larga escala a baixos custos inunda o comércio internacional com a mercadoria café. O café criou seu próprio mercado a custa do volume de sua produção e dos preços baixos que atingia em consequência da oferta abundante.

Neste quadro as plantações escravistas da província fluminense assumem papel fundamental, sua produção, a partir de 1835, ultrapassa a média anual de 1.000.000 de sacas, crescendo para 1,5 milhões a partir da década de 1840⁽⁶⁾ (mapa III.1).

MAPA III-1

Principais Núcleos da Região Cafeeira do Rio de Janeiro



Fonte: Valverde, O. - OPUS CIT

TABELA III.2

Percentagens dos Principais Produtos na Exportação Brasileira

	1821/30	1831/40	1841/50	1851/60	1861/70	1871/80	1881/90
Café	18,4	43,8	41,5	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2	18,3	9,3	4,2
Couros e Peles	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Borracha	0,1	0,3	0,4	2,8	3,1	5,5	8,0

Fonte: Para os três primeiros períodos: Werneck Sodré, N. - História da Burguesia no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 3^a edição, p.62.

Para os demais: Bastos, H. - A Marcha do Capitalismo no Brasil, citado por Noya Pinto, V. - Balanço das Transformações Econômicas do Século XIX, in Brasil em Perspectiva, São Paulo, DIFEL, 1969 p.138.

3.2.2. A Expansão da Região Cafeeira

Por volta de 1850, a produção brasileira de café já era responsável pela metade da mundial, porém essa economia encontrava-se a beira da crise, pois o seu fundamento estava abalado: primeiro porque o sistema de transporte baseado em escravos e muares já não era capaz de vencer o volume e a distância a ser percorrida pela carga, ou seja, existia uma impossibilidade real de ampliar a área plantada, mantidos os pressupostos de transportes típicos de uma economia escravista.

Segundo a Inglaterra havia passado a repressão direta ao tráfico de escravos a partir da célebre "bill Aberdeen", aprovada pelo Parlamento Britânico em 1845, que permitia que a caça aos "tumbeiros" fosse feita em qualquer parte do mundo.

Terceiro porque a expansão das plantações de café colocou em cheque a política de terras que vinha sendo desenvolvida desde a Independência, em que a ocupação era a única forma de obtê-las; criando "uma situação anárquica no sistema de propriedade rural uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos por lei", e "apesar dessas propriedades não possuírem estatuto legal, eram compradas, vendidas e avaliadas a vontade"⁽⁷⁾.

Há de se supor que estas condições estivessem amadurecidas por volta da década de 1850, porque é nesse momento que é promulgada a Lei de Terras em 1850, a Lei Euzébio

de Queirões extinguindo o tráfico também em 1850 e em 1852 a Lei nº 641 que dava garantia de juros aos capitais investidos em ferrovias. Mauã inaugura o primeiro trecho ferroviário entre o Porto de Mauã e Raiz da Serra em 1854.

É impossível não reconhecer o caráter destas medidas, pois significam as linhas mestras das transformações que levarão à internalização das relações capitalistas de produção e garantirão a expansão da economia cafeeira.

A Lei de Terras transformou, ou melhor deu base legal a transformação da terra em mercadoria, que só podia ser adquirida por compra e venda. Isto organiza a propriedade territorial e legaliza a renda fundiária, ao mesmo tempo que bloqueia, ao menos parcialmente, o acesso do trabalhador a terra; criando as bases de um mercado de força de trabalho. A Lei de Terras traz embutida uma política imigratória, pois "supondo que num país onde a terra era disponível em grandes quantidades o imigrante poderia se tornar proprietário rural ao invés de trabalhar numa fazenda, eles tentaram tornar o mais difícil o acesso à terra, a fim de forçar os imigrantes a trabalharem nas fazendas"⁽⁸⁾.

Se for a Lei Aberdeen ou a Euzébio de Queiroz que pôs fim ao tráfico pouco interessa, o fato é que o valor socialmente necessário para trazer um escravo das costas da África e desembarcá-lo no Brasil estava acima do valor adicionado por seu trabalho⁽⁹⁾.

TABELA III.3

Expansão das Estradas de Ferro (1854 a 1929)

ANOS	REGIÃO CAFEIEIRA*(km)	BRASIL
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2
1925	-	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

*Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo

Fonte: Silva, S - Opus cit. p.58.

Além disto, a interrupção do tráfico vai estimular o comércio interprovincial de escravos, fazendo com que levadas de trabalhadores sejam transferidas do Norte e Nordeste para as regiões cafeeiras, o que não deixa de ser uma curiosa forma de distribuir inter-regionalmente a renda gerada pelo café.

Uma demonstração disto é o crescimento da população escrava do Rio de Janeiro que passa de 119.000 em 1844 para 370.000 em 1877, mesmo considerando os pesados impostos provinciais que gravavam o comércio de escravos na saída e na entrada de cada Província⁽¹⁰⁾.

A abolição do tráfico, que só vai se tornar efetiva em 1856, significa obstar a médio prazo a acumulação do plantador escravista, na medida que corta sua ligação com a fonte última de escravos e, demonstrada a impossibilidade de uma "indústria de criação" interna, pelo simples fato de que seu custo seria maior que o do trabalho livre, só restava prolongar a agonia do estatuto escravista e sugar dele tudo que fosse capaz⁽¹¹⁾.

A ferrovia que rapidamente se desenvolve no Brasil, inicia-se com a Estrada de Ferro D. Pedro II, constituída em 1855 com um empréstimo britânico de 1,5 milhões de libras, que partindo do Rio de Janeiro rapidamente ganha o Vale do Paraíba, atingindo em 1865 a capital do Vale, a cidade de Vassouras. Segue-se a esta iniciativa uma série delas com grande participação dos fazendeiros, que buscavam trazer as "pontas de trilhos"

até suas fazendas⁽¹²⁾.

A expansão ferroviária abriu novas terras ao café, ao mesmo tempo que reduziu bastante os custos de transporte das áreas em produção, A.d'E. Taunay considerando que o preço do transporte de mula era 6 vezes mais caro, calcula que a economia apresentada pelas Estradas de Ferro Pedro II no ano de 1868 representava cerca de 10% do valor total das exportações brasileiras de café nessa época⁽¹³⁾.

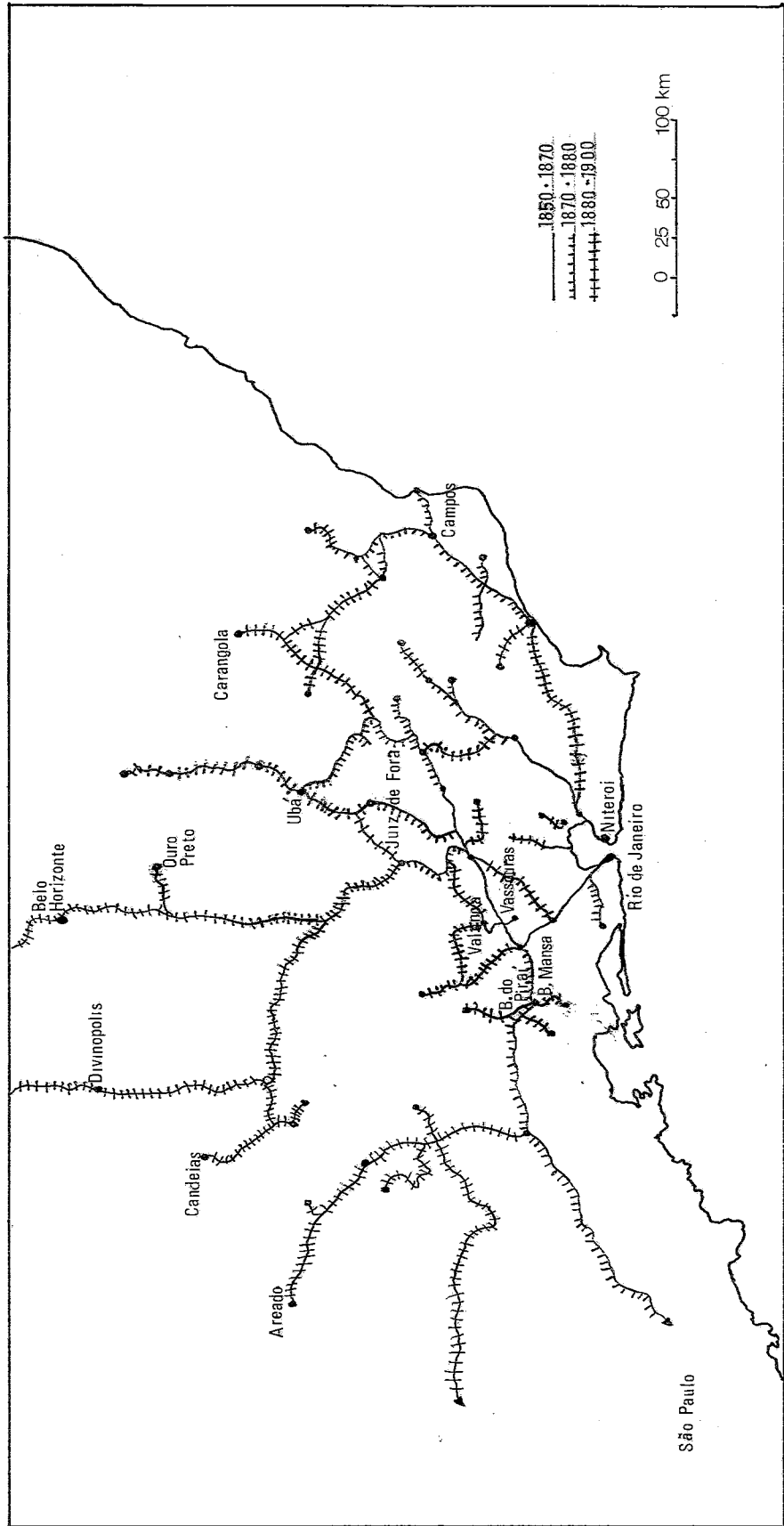
Até o final da década de 1880, quase toda região escravista de café estava ligada ao Rio de Janeiro através de ferrovias, sendo que em 1877 o Rio de Janeiro estava conectado a capital da Província de São Paulo, o que formava um arco ferroviário de Santos ao Município da Corte, passando pelo centro da zona cafeeira escravista (Mapa III.2).

Este período corresponde ao apogeu da plantação escravista na Província do Rio de Janeiro, pois em 1870 já ultrapassava 1,8 milhões de sacas e atinge o ápice em 1882 com 2,6 milhões de sacas, começa a declinar em 1889 para 1,8 milhões, conservando cerca de 1,4 milhões entre 1890 e 1900 e a partir de 1901 a produção das terras fluminenses caiu abaixo de 1,0 milhão de sacas. Era o legado da produção cafeeira escravista, que exauriu as terras ao máximo, não por ser escravista, mas pelo caráter de exploração da terra e do trabalho que a animava.

Cabe aqui questionar a noção bastante difun

MAPA III - 2

EXPANSÃO DA REDE FERROVIÁRIA - 1850/1900



Fonte: Barros, H. Grandes Eixos de Circulação; Grande Região Leste - IBGE - 1965

dida de que o Vale do Paraíba entraria em decadência pelo esgotamento das terras em consequência do cultivo predatório do café. Na verdade, não foi o café, nem muito menos o escravo o responsável pela "debâcle" do Vale, mas sim a economia mercantil escravista que deixou ser legado.

Qualquer terra pode ser reaproveitada pela combinação correta dos fatores de produção, ou seja, é possível empregar fertilizantes ou intensificar o trabalho agrícola. Mas o Vale do Paraíba não pode desenvolver nem um, nem outro. Primeiro que a cultura do café entrou em expansão geométrica com o desenvolvimento da exploração capitalista nas terras do Oeste Paulista, o que já inviabiliza a disponibilidade da economia mercantil, sequer pensar em, investir na melhoria das condições do solo.

Mais que isto, nos moldes que era praticada a cafeeicultura, uma produção em larga escala, a custos baixos e voltada para mercados externos, estava obstada em si qualquer investimento maior em renovação da fertilidade dos solos, tratava-se de produzir utilizando a fertilidade natural.

Quanto ao segundo aspecto, isto é, intensificar o trabalho agrícola, o legado mercantil escravocrata também havia deixado seu obstáculo. Primeiro porque existem dois meios básicos de intensificar o trabalho agrícola, um deles através do emprego maciço de trabalho assalariado em grandes empreendimentos mercantis, seja para mercado externo, seja interno. Ora isto vai ocorrer na frente pioneira do café em São

Paulo, voltamos a situação anterior. Por outro lado, a possibilidade de uma agricultura comercial de mercado interno em larga escala, com investimentos em melhoria do solo era muito distante da real situação brasileira no final do século.

A segunda hipótese, isto é, exploração em pequenas propriedades, no estilo que ficou conhecido em São Paulo com "sitiantes", posto em prática em larga escala nas terras cansadas pelo café, logo nas primeiras décadas do século, como maneira do fazendeiro livrar-se de sua propriedade com lucros e deslocar-se para as franjas da expansão cafeeira. Mas, no Vale do Paraíba, o antigo escravo, estava em uma situação bastante diferente do ex-colono que comprava um lote nas terras cansadas pelo café, ao escravo não foi possível acumular nada, restava-lhe apenas aceitar as condições do seu ex senhor e permanecer agregado a terra, não como um servo feudal, mas como resultado último de trezentos anos de trabalho compulsório.

Este quadro marcará profundamente o desenvolvimento do Rio de Janeiro pois impedirá o desenvolvimento de uma agricultura mercantil diversificada que oferecesse apoio ao processo de industrialização, bem como manterá no campo boa parte da população em uma economia natural, com pequeno excedente comercializável, o que dificulta de sobre maneira a circulação mercantil e a consequente divisão do trabalho, condições básicas para a separação do trabalho agrícola do industrial e para a formação do mercado interno.

Por final, deve-se lembrar que a indústria

lização do Rio de Janeiro contribuiu também para acentuar a decadência das antigas regiões cafeeicultoras, na medida que drena capitais e força de trabalho para a nascente indústria, embora isto seja mais uma consequência do que propriamente causa.

3.3. A Transição Para a Manufatura no Rio de Janeiro

3.3.1. O Crescimento Comercial

A região centrada no Rio de Janeiro, estava definida pela circulação de mercadorias ligadas a produção e reprodução da plantação escravagista do café. Concentrando as operações de comercialização e financiamento do café, bem como o fornecimento de manufaturados, alimentos e escravos necessários à fazenda, obtinha lucros e comissões nos dois sentidos e garantia sua acumulação.

Em 1859 havia, no Rio de Janeiro, 241 grandes casas importadoras por atacado e 192 exportadoras, além de 51 companhias de comércio, o que demonstra o seu papel mercantil.

O comércio importador, principalmente o de manufaturados, estava controlado, em boa parte, por capitais estrangeiros, principalmente ingleses. Por outro lado deve-se destacar o intenso tráfego de cabotagem entre a região e outras áreas do Brasil, com o Rio importando alimentos e matérias primas e reexportando em troca produtos manufaturados estrangeiros.

A circulação por vias internas foi desenvolvida pelo litoral e em direção a Minas Gerais e Goiás, de onde provinham carne, toucinho e tecidos grosseiros. A região mercantil-escravista do Rio de Janeiro havia desenvolvido tal especialização que dependia diretamente do fornecimento de alimentos de outras regiões, assim como dependia da importação de manufaturados estrangeiros. Isto mesmo considerando que a plantação escravista produzia internamente boa parte dos gêneros necessários à sua manutenção.

Outro aspecto a ser considerado é o tráfico de escravos, que constituía um rendoso comércio que perdurou durante a primeira metade do século XIX, sendo depois prolongado pelo tráfico inter-provincial, permitindo a acumulação de capital monetário nas mãos dos traficantes, que muitas vezes vendiam sua "mercadoria" a crédito, transformando-se em grandes credores dos plantadores endividados.

Quanto ao comércio exportador, não resta a menor dúvida que estivesse diretamente vinculado ao café, e até meados do século era efetuado basicamente por negociantes nacionais, porém a partir daí foi crescente a participação de capitais estrangeiros nos negócios ligados à exportação do café.

Por final, o papel do comissário, que não atuava apenas na comercialização, mas também no financiamento a produção e reprodução da plantação cafeeira, isto é, adiantava, a juros, capitais necessários da lavoura, tendo como garantia escravos e terras.

As casas comissárias constituíram o embrião dos "bancos do café" que se multiplicam a partir da segunda metade do século XIX, executando operações financeiras, emitindo vales bancários e "canalizavam os recursos das atividades rurais florescentes para a cidade, onde uma burguesia mercantil se apropriava de uma parcela desses lucros dando movimento aos seus negócios"⁽¹⁴⁾.

3.3.2. A Produção Mercantil

No caso do Rio de Janeiro durante o século XIX, a pequena produção mercantil do artesanato atuava em estreita faixa, que era delimitada pela produção doméstica e pela importação de mercadorias. Qualquer possibilidade de desenvolvimento, além do mero crescimento demográfico da população, implicava em avançar sobre esses dois limites, da mesma maneira que o avanço de qualquer deles, altera sua margem de produção.

A economia cafeeira ditava os limites gerais de expansão da pequena produção mercantil pelos dois lados: primeiro por seu caráter escravista, que mantinha, por razões óbvias, uma produção doméstica, fazendo com que o escravo produzisse para si e para seu senhor.

Segundo, por ser uma mercadoria destinada a mercados externos, o que criava condições para que boa parte de sua renda fosse trocada por mercadorias produzidas externamente, isto é, permitia o desenvolvimento de um ativo comércio importador.

Não é correto falar na inexistência de um mercado interno, e sim em sua limitação, pelo simples fato de que o trabalhador não era proprietário da sua força de trabalho para poder trocá-la por dinheiro e adquirir mercadorias. Submetido ao regime compulsório da escravidão, ele próprio é uma mercadoria, cujo valor é o socialmente necessário para colocar outro no seu lugar.

Outro aspecto deste mercado é o seu caráter "cativo", isto é, controlado por grandes casas importadoras que abasteciam o fazendeiro da maioria dos produtos necessários à plantação. Este abastecimento era feito por um curioso circuito em que a casa comissária assumia o papel de representante do fazendeiro quanto a venda do café e a compra dos bens necessários à fazenda.

Assim tomando a economia cafeeira como parâmetro básico é possível analisar a evolução das formas de produção secundárias no Rio de Janeiro como integrantes deste todo complexo.

Sua primeira fase estende-se desde os primórdios do século até a década de 1850 a 1860, que corresponde ao período de consolidação da produção cafeeira, em que a pequena produção mercantil assumia papel principal, sendo executada por artesãos independentes e por oficinas que empregavam a cooperação simples, inclusive de escravos, próprios ou alugados.

Isto não quer dizer que não houvesse algum

estímulo oficial à atividade industrial, mas os interesses da burguesia mercantil estavam voltados para o café e não para a atividade de transformação, e, gradativamente, a especialização na produção cafeeira contribuiu para reduzir os estímulos e aumentar as importações de bens manufaturados.

Existem três empresas do Governo que perduram entre 1808 e 1849, duas de tecidos: a da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Catumbi e os Arsenais Régios, que funcionavam com mão de obra escrava.

A partir da década de 1840, com o recrudescimento da repressão britânica ao tráfico de escravos, o Governo sobretaxou a importação de manufaturados em 30 a 40%, a célebre tarifa Alves Branco; ao mesmo tempo que usava a arrecadação de loterias públicas para estimular algumas manufaturas, que "operavam sob o regime de divisão de trabalho, usavam máquinas e operários especializados"⁽¹⁵⁾.

3.3.3. Da Produção Mercantil à Manufatura

Produzindo em pequena escala, utilizando cooperação simples, estes ramos do artesanato domiciliar começam a transformar-se em manufaturas, onde já existe alguma divisão do trabalho, embora devam ser consideradas enquanto sua fase inicial.

O capital destas pequenas manufaturas pode ter se originado do desenvolvimento da atividade artesanal; isto é, um produtor isolado que acumula certa quantidade de capital

necessário para assalariar outros artesãos e comprar ou alugar escravos. No entanto, o mais provável é que tenham se originado como prolongamento do comércio, em que pequenos e médios estabelecimentos comerciais vão gradativamente produzindo alguns bens de consumo dos quais já detenham alguma parcela do mercado local.

Com a abolição do tráfico de escravos, a expansão bancária e a implantação de ferrovias acelera-se a transição do artesanato para a manufatura. Isto se dá justamente nos setores em que a pequena produção mercantil havia conseguido criar um espaço entre a produção doméstica e a importação.

Nessa época foi publicado o Código Comercial, que regia a organização de sociedades anônimas e comanditas, que analisado em conjunto com o desenvolvimento do sistema bancário moderno, começaram a dotar o capital de sua lógica própria, independente da propriedade da terra ou de escravos.

O desenvolvimento de novos tipos de investimentos, seja em ferrovias, bancos, sociedade de capitais tendia a tornar cada vez menos rentável a imobilização do capital em escravos. Da mesma maneira que as transformações nos processos produtivos de café, açúcar, além do desenvolvimento dos meios de transporte, contribuíram para tornar o trabalho livre, não só mais viável, como também mais rentável⁽¹⁶⁾.

É neste momento que surge a figura de Mauá,

refletindo, de um modo ou outro, um quadro bem preciso. É comum o elogio às qualidades empresariais do comerciante, banqueiro e industrial Irineu Evangelista de Souza, cuja carreira meteórica durou cerca de 20 anos e, que antes de afirmar suas qualidades "schumpeterianas", deve-se entender seu papel no momento histórico determinado.

Deixando de lado suas qualidades e/ou defeitos, Mauã representou um momento em que a economia cafeeira havia se consolidado e encontrava-se diante do impasse, que descrevemos no capítulo anterior, cuja superação não estava dentro, mas sim fora dela. E Mauã cumpriu este papel trazendo vultuosos investimentos em capital fixo, dos quais se destacam o Estaleiro de Ponta de Areia, a ferrovia que ligava o Rio a Raiz da Serra e vários investimentos em infra estrutura urbana. Mauã deu sangue novo à economia do café, sem plantar sequer um pé de cafeeiro.

Outro aspecto a ser considerado é a presença maciça de capitais ingleses, que considerando a totalidade dos investimentos (empréstimos, financiamentos, investimentos diretos, etc.) saltam de 6,9 milhões de libras em 1840 para 20,3 milhões em 1865, isto é quase triplicando no período. Boa parte alimentando a expansão ferroviária na região mercantil escravista do Rio de Janeiro⁽¹⁷⁾.

O Rio de Janeiro, enquanto centro da região cafeeira, vai sofrer diretamente e indiretamente os efeitos destas transformações, pois, na verdade constitui parte integrante delas.

A população total do Rio de Janeiro em 1849, incluindo população urbana e suburbana, no Censo realizado por Haddock Lobo era de 266.466 habitantes, sendo 155.864 livres e libertos e 110.302 escravos.

Deve-se suspeitar do número exagerado de escravos, pois tratava-se da formação de um estoque de mão de obra diante da possibilidade, imediatamente após confirmada, de extinção do tráfico. Daí em 1849 encontrarem-se, no Rio de Janeiro, 65.000 escravos vindos da África⁽¹⁸⁾.

Um levantamento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1852 permite avaliar a situação da produção industrial na cidade no início da transição para a manufatura, onde podemos observar a distribuição setorial das unidades produtivas.

TABELA III.4

Unidades Produtivas Industriais no Rio de Janeiro (1852)

SETOR	EMPRESAS	%
Fumo	114	27
Alimentos e Bebidas	109	26
Chapêus	57	13
Impressão	42	10
Velas e Sabão	29	7
Veículos de Transporte	21	5
Artefatos de Madeira	19	5
Artigos de Metal	14	3
Papel e Papelão	5	1
Vidro	3	1
Couro	3	1
Outros	3	1
TOTAL	419	100

Fonte: Lobo, E.L. Opus cit. p.279 e 280

Predominando em todos os ramos pequenas unidades produtivas, prolongamentos de atividades comerciais. Isto é confirmado quando observamos que, das 109 unidades do setor de alimentos e bebidas, 97 eram padarias.

Além destas unidades produtivas existiam, no Rio, 33 oficinas de reparação, destacando-se as de carroças com 14 unidades, além de 991 artesãos, dos quais 25% trabalhavam madeiras, 19% metais, 16% vestuário e 13% em couro, sendo que na sua maioria eram sapateiros⁽¹⁹⁾.

Este era o quadro de produção industrial no início da década de 1850, quando acelara-se a desagregação da economia escravista e a expansão da circulação mercantil através da ferrovia começa a esboçar-se, contribuindo para uma maior centralização no Rio de Janeiro. Começava a se acelerar o processo de transição da pequena produção mercantil para a manufatura.

O primeiro grande problema que deve ser apontado neste processo foi "a falta de braços" na cidade, seja por que boa parte da população constituía trabalho escravo das plantações, seja por que os libertos não se dirigiam para a cidade, mas sim agregavam-se as plantações ou buscavam a economia natural de subsistência. Não existia nem um mercado urbano, nem rural de força de trabalho.

O segundo, falta de produtores de matérias primas, ou seja falta de uma agricultura mercantil diversificada. A indústria nessa fase, levando em conta que atuava nas franjas da exportação de manufaturados, isto é, substituía a pequena produção doméstica urbana, dependia ela mesmo das importações, ou seja precisavam importar para transformar.

Eis aí um aspecto interessante, pois na medida em que havia uma impossibilidade real da indústria e da agricultura se tornarem diversificadas, falar em proteção tarifária perde sentido porque arruina também o pequeno produtor de mercadorias, facilitando o capital mercantil. Este processo normalmente obstou o desenvolvimento da pequena oficina, daí a dificuldade da acumulação por parte do pequeno produtor de mercadorias em uma economia mercantil-escravista.

Por outro lado o capital mercantil ligado ao comércio importador, que tenderia a constituir a segunda via, também não era levado a investir na produção seja por suas ligações com os produtores estrangeiros, seja pelo caráter das crises. Era mais fácil apostar que o café subiria de preço do que desviar vultuosas somas para a produção de mercadorias, em escala que a tornasse compatível com a competição de produtos importados.

No entanto, esta brecha foi aberta justamente naqueles produtos cujo luxo era consequência do padrão europeu do bem importado, mas cujo custo de produção aqui era inferior ao de trazê-los em grande quantidade da Europa. É na indústria de chapéus e de calçados que estão centrados os aspectos contraditórios desta transição, pois enquanto era obrigada a competir com o similar estrangeiro em preço e qualidade, estas indústrias foram forçadas a importar matérias primas semi elaboradas, pelas exigências do mercado consumidor, e pela inexistência de fontes internas que as abastecessem.

Sofrendo diretamente com a competição do si milar importado e dependendo da importação de matérias primas estrangeiras que eram taxadas como bens de consumo, as manufaturas de chapéus e calçados, no Rio de Janeiro dos meados do século passado, podem ser consideradas como embriões da separação da indústria do comércio, mesmo sofrendo as limitações que im punham uma sociedade mercantil-escravocrata. Para avaliar es ta importância o maior industrial de sapatos do Rio de Janeiro em 1866 era Moriamê que produzia por ano 50 mil pares e contra tava 100 operários na sua empresa .

Outro setor a ser considerado é o de velas e sabão, cuja principal fábrica: a Luz Stearica detinha o mono pólio da fabricação de velas de cera e se constituía enquanto sociedade anônima, gozando de isenção de impostos de importa ção e já incorporava várias empresas menores concorrentes.

Os instrumentos de trabalho, principalmente destinados à agricultura, constituíam um esboço da manufatura de bens de produção, produzindo inclusive máquinas secadoras para o café e máquinas a vapor de alta e baixa pressão até 60 cava los. O Arsenal de Marinha empregava 541 operários e utilizava mecanização e vapor enquanto fonte de energia para produzir bar cos militares a hélice⁽²⁰⁾.

Há de se considerar o momento da Guerra do Paraguai e a mobilização do esforço bélico, quando se analisa a década de 1860, alterando o ritmo do crescimento das manufaturas e expandindo as oficinas, principalmente de madeira e a pequena

produção mercantil de peças de vestuário e de couro, o que parece ser uma consequência do aumento da demanda de guerra.

Quando observarmos a distribuição das unidades industriais, por ramo, nos anos de 1861, 1866, 1873 e 1875, ressalta-se pela tendência crescente, isto é maior participação percentual no total de estabelecimentos, os ramos alimentar, de tecidos, roupas e armarinhos, de metais, vidros e louças, gráficas e instrumentos de trabalho. Permaneceu estável o ramo de velas e sabão; e decresceram: o de couros, meios de transporte e madeiras (Tabela III.4).

A informação em si é muito pouco precisa, pois não permite avaliar o volume de produção, nem a escala de operação dos setores, porém a simples observação dos valores absolutos permite constatar que no setor de tecidos, roupas e armarinhos a pequena produção mercantil e as manufaturas estão atendendo uma demanda crescente pois saltam de 162 estabelecimentos em 1861 para 250 em 1875, enquanto o setor alimentar permanece com cerca de 250 unidades produtivas nas duas datas.

Neste quadro é, que após a crise internacional de 1873/75, ocorreu uma grande transformação no setor de tecidos e fiação, que a partir de 1881 passou a desenvolver a divisão do trabalho na fábrica e a mecanização, que constitui o início da transição da manufatura para a indústria fabril.

TABELA III.5

Distribuição de Unidades Produtivas Industriais do Rio de Janeiro

	1861		1866		1973		1875	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Alimentos e Bebidas	251	22,5	241	22,5	253	26,2	256	24,4
Tecidos Roupas e Armarinho	162	14,5	160	14,9	206	21,3	250	23,8
Couro	187	16,7	174	16,2	143	14,8	120	11,4
Fumo	162	14,5	141	13,2	34	3,5	39	3,7
Metais	82	7,3	88	8,2	89	9,2	106	10,1
Meios de Transporte	85	7,6	78	7,3	37	3,8	36	3,4
Velas e Sabão	33	3,0	30	2,8	28	2,9	31	3,0
Vidros e Louças	29	2,6	34	3,2	31	3,3	35	3,3
Gráfica	30	2,8	31	2,9	38	3,9	49	4,8
Instrumentos de Trabalho	17	1,5	24	2,2	28	2,9	30	2,9
Madeiras	19	1,7	16	1,5	10	1,0	11	1,0
Outras	60	5,3	55	5,1	68	7,2	86	8,2
TOTAL	1.117	100,0	1.072	100,0	965	100,0	1.049	100,0

Fonte: LOBO, E.E. Opus cit., p.300 a 304.

O Rio de Janeiro, enquanto Município Neutro, era a maior cidade brasileira em 1872 conforme podemos observar na tabela abaixo:

TABELA III.6

População das Maiores Cidades Brasileira - 1872

CIDADES	HABITANTES
Rio de Janeiro	274.972
Salvador	129.109
Recife	116.671
Belém	61.997
Niterói	47.548
Porto Alegre	43.998
Fortaleza	42.458
Cuiabá	35.987
São Luiz	31.604
São Paulo	31.385

Fonte: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico-1970, IBGE, Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro o número de escravos era de 47.084 habitantes, sendo sua distribuição ocupacional a seguinte: 498 artífices ou oficiais, 527 marítimos, 174 pescadores, 1.384 costureiras, 5.695 lavradores, 22.842 domésticos, 5.785 criados e jornaleiros e 9.899 sem profissão⁽²¹⁾.

Onde observa-se que, excluindo os escravos em atividades domésticas, a população dos cativos no Rio de Ja

neiro é inferior a 10% do total.

Isto permite especular que, a maioria dos es cravos "urbanos" havia sido deslocada para as plantações de ca fé e o Município Neutro já tinha a quase totalidade de sua pro dução sob o regime de trabalho livre

Nestas condições que iniciou a transição de formas manufatureiras de produção para fabris, onde a energia mecânica é usada em larga escala e a divisão do trabalho na fábrica assume papel preponderante.

TABELA III. 7

Indicadores da Indústria Têxtil - 1866/1881

	Número de Estabelecimentos		Fusos		Teares		Milhares de metros de pano	
	1866	1881	1866	1881	1866	1881	1866	1881
	Rio de Janeiro	2	11	2.990	44.032	52	1.180	605
Município	-	5	-	5.500	-	332	-	4.350
Estado	2	6	2.990	38.532	52	848	605	8.800
Bahia	5	12	10.460	13.056	288	340	3.157	3.359
São Paulo	-	9	-	3.100	-	336	-	1.970
Minas Gerais	1	8	240	240	5	78	22	361
Outros	1	4	1.625	-	40	-	161	248

Fonte: Para 1866 - Castro, Agostinho Victor Boraa - Relatório da Segunda Exposição de 1866, publicado por ordem do Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, citado por Lobo, E.L., Opus cit. p.298.

Para 1881 - Simonsen, R.C. - A Evolução Industrial do Brasil, São Paulo, Ed.Nacional,1973, p.15.

No período em questão, a indústria têxtil do Rio de Janeiro assume papel determinante na produção nacional, conforme podemos verificar na Tabela III.6, sendo que, de uma posição secundária em relação aos centros nordestinos, principalmente Bahia, que dispunham de maior proximidade a matéria prima, o Rio de Janeiro (província + município) passam a ter mais fusos, teares e a produzir mais pano que todas as demais fábricas do Império em 1881.

Estas fábricas estabeleceram-se principalmente em Petrópolis, como a Brasil Industrial, a São Pedro de Alcantara e a Petropolitana. No Rio de Janeiro, a Santa Rita de Hergreaves, a São Lázaro, a Rink e a fábrica Aliança foram fundadas após a crise de 1873/75. Empregando trabalho livre, mecanização e divisão fabril do trabalho, a indústria têxtil estabelece o divisor de águas entre a produção manufatureira e a fabril, e de 1885 a 1895 marcou profundamente a evolução do Rio de Janeiro.

N O T A S

- (1) - WILLIAMS, E. - Capitalismo e Escravidão, Rio de Janeiro, Pallas, 1975, p.153.
- (2) - "O sistema colonial montado pelo capitalismo comercial entrou em crise quando o capital industrial se tornou preponderante e o Estado Absolutista foi posto em cheque pelas novas aspirações da burguesia, ansiosa por controlar o poder através de formas representativas de governo. A partir de então, o sistema de monopólios e privilégios que regulava as relações entre metrópole e colônia começa a ser condenado".
- Em VIOTTI DA COSTA, E. - Da Monarquia a República, São Paulo, Grijalbo, 1977, p.67.
- (3) - FURTADO, C - Formação Econômica do Brasil, S.Paulo, Nacional, 1974, P.115.
- (4) - MARTINS, J.S. - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário S.Paulo, Pioneira, 1973, P.79.
- (5) - TAUNAY, afirma que por volta de 1870 existiam cerca de 2.000 casas comissárias no Rio de Janeiro, citado por SINGER, P. - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968, p.32.
- (6) - SIMONSEN, R - Evolução Industrial do Brasil e Outros Ensaios, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973, p.189.
- (7) - VIOTTI DA COSTA, E. - Opus cit., p.132.

- (8) - VIOTTI DA COSTA, E. - Opus cit., p.136.
- (9) - GRAHAN, R. - A Grã Bretanha e o Início da Modernização no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1973, p.172.
- (10) - CANO, W - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Difel, 1977, p.26.
- (11) - CARDOSO DE MELLO, J.M. - O Capitalismo Tardio, Campinas, Mimeo, 1975, p.68 e 69.
- (12) - BARROS, H - Eixos de Circulação in Grande Região Leste, IBGE, 1965, p.451/456.
- (13) - SILVA, S - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, S.Paulo, Alfa-Omega, 1976, p.57
- (14) - LEVY, M.B, citada por LOBO, E.L. - História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro), Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, p.211.
- (15) - LOBO, E.L. - Opus cit., p. 116.
- (16) - VIOTTI DA COSTA, E., Opus cit., p.15.
- (17) - STONE, I. - La Distribuzione Geografica Degli Investimenti Inglesi Nell' America Latina 1825-1913, citado por SILVA, S - Opus cit., p.36/38.
- (18) - LOBO, E.L. - Opus cit., p.225 e 226.
- (19) - LOBO, E.L. - Opus cit., 281 a 284.

- (20) - LOBO, E.L. Opus cit., p.191 a 194.
- (21) - LOBO, E.L. Opus cit., p.231 e Conrad, R. - Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p.346.

Capítulo IV - "CAMPO" E "CIDADE" NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO INDUSTRIAL

4.1 - A Segunda Revolução Industrial

4.2 - A Expansão Cafeeira Capitalista em São Paulo

4.2.1 - Ferrovia e Colonato: A Transição Para o Trabalho Livre

4.2.2 - A Expansão Cafeeira

4.3 - O Crescimento Industrial no Rio de Janeiro

4.3.1 - A Transição da Manufatura Para a Fábrica

4.3.2 - O Impasse na Industrialização

IV - "CAMPO" E "CIDADE" NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO INDUSTRIAL

4.1. A Segunda Revolução Industrial

O último quartel do século XIX marca um período de profundas transformações na economia capitalista internacional, caracterizado por um forte processo de concentração e centralização do capital e pela consolidação de novas economias industriais como os Estados Unidos e a Alemanha.

A este aprofundamento das relações de produção capitalistas no centro do sistema produtivo, com a emergência de novas nações no restrito círculo das potências industriais, é acompanhado pela expansão colonialista do final do século passado, cujo melhor exemplo é a África, que até 1875 apenas tinha 10% do seu território sobre controle europeu e que nos 25 anos seguintes foi integralmente retalhada entre as potências industriais.⁽¹⁾

Como esta situação tomou corpo escapa aos limites deste trabalho, porém, deve-se ressaltar alguns aspectos interessantes que acompanharam esta evolução, o primeiro deles diz respeito ao processo de centralização de capital com a formação de grandes firmas, que atuavam em larga escala industrial. O segundo está ligado ao desenvolvimento do capital financeiro, causa e consequência do processo de centralização da produção, que permitiu maior autonomia no padrão de acumulação das nações "avançadas".

Por final, pela ação do Estado, enquanto instrumento de política econômica, que substituiu a política do "laissez faire", por uma ação decisiva na proteção e expansão dos interesses dos capitais nacionais.

A nova expansão colonial, que marca profundamente o panorama mundial no final do século XIX, é diferente do antigo sistema mercantilista porque suas bases não repousam na esfera da circulação de mercadorias, mas na sua produção.

"Como o processo de investimento em regiões coloniais representa uma transferência de capital para áreas onde é mais fácil obter privilégios semi-monopolistas, onde o trabalho é mais abundante e mais barato, e a 'composição orgânica' é mais baixa, o processo constitui importante influência que opera em sentido contrário à tendência da queda da taxa de lucro na metrópole"⁽²⁾.

A característica fundamental desta expansão repousa na possibilidade de obter condições particularmente vantajosas de investimentos fora dos limites nacionais das nações industrializadas. A forma com que assume estes investimentos depende das características peculiares as áreas que os recebem, sua gama varia desde empréstimos diretos a Estados Nacionais até investimentos diretamente produtivos em empreendimentos fabris.

Porem, de um modo ou outro, é possível estabelecer alguma ligação com a expansão do setor de bens de produção das nações industrializadas quando se observa a tabela abaixo,

que representa as exportações combinadas da Alemanha, Grã Bretanha e Estados Unidos.

TABELA IV-1

Proporção das Exportações da Alemanha, EUA e Grã Bretanha

Anos	Bens de Produção	Bens de Consumo
1800	26%	74%
1900	39%	61%
1913	46%	54%

Fonte: DOBB, M. - Opus cit., p.172.

A relação com a expansão dos bens de produção pode ser buscada de várias maneiras: primeiro pelos investimentos em ferrovias, seja direto ou através de empréstimos a Governos, segundo pelos investimentos em equipamentos de grande imobilização de capital, como portos, a infra estrutura urbana, entre outros; terceiro por investimentos produtivos, seja diretamente nas colônias; seja por processos de industrialização de algumas nações independentes.

Independente ou combinado, o movimento de expansão colonial e de "exportação de capital" que marca a segunda metade do século XIX, e se intensifica no seu último quartel, por sua vez também alimentou uma formidável expansão no setor de bens de produção das nações industriais, que permitiu este setor atingir escalas de operação enormes. Contribuiu portanto mais ainda para a centralização de capital, aprofundando ainda

mais seu desenvolvimento, e distanciando o padrão de acumulação do centro daquele da periferia.

4.2. A Expansão Cafeeira Capitalista em São Paulo

4.2.1. Ferrovia e Colonato - A Transição para o Trabalho Livre no "Campo" Cafeeiro

Os investimentos estrangeiros no Brasil, principalmente os britânicos, dirigem-se preferencialmente para onde encontrem garantias de juros e abram um mercado para bens de produção fabricados nos seus países de origem.

A participação inglesa em investimentos de melhorias urbanas, portos, carris urbanos e ferrovias foi notória, principalmente no transporte ferroviário, como vemos na tabela abaixo.

TABELA IV-2

Investimentos Britânicos no Brasil

Anos	Milhões de Libras		% investidos em Ferrovias
	Investimento Total	Em Ferrovias	
1870	-	6,2	-
1880	38,8	11,6	30,0
1890	68,6	26,0	38,0
1900	90,6	33,6	37,2

Fonte: VILLELA, A.V., e SUZIGAN, W - Política do Governo e crescimento da Economia Brasileira 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA, 1973, p.397.

A ferrovia, enquanto desenvolvimento das forças produtivas, acelerou a desagregação das relações escravagistas de produção na fazenda cafeicultora, seja porque ampliou extraordinariamente a disponibilidade de áreas para o café, seja porque liberou escravos do processo de transporte, levando-os para a lavoura, o que por sua vez significou maior disponibilidade de trabalho para ampliar a área plantada, "empurrando" as plantações para o interior.

No entanto, os novos cultivos que se abriram no Oeste Paulista já empregavam mão de obra livre ao lado de escravos, isto não apenas pela escassez do trabalho escravo em consequência da abolição progressiva, mas porque o custo de produção da fazenda escravagista do café estava acima da capacidade de expansão da ferrovia, o que é demonstrável quando em 1883, "em uma época em que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro aplicava tarifas diferenciais para facilitar o custeio dos fretes", uma fazenda escravocrata nos arredores de Campinas incorria em cerca de 24,2% dos custos de produção em fretes, o que tornava impossível o estabelecimento de plantações além de 400 km do litoral.⁽³⁾

Assim para viabilizar a expansão da lavoura cafeeira seria necessário produzir muito e a custos decrescentes, caso contrário a estagnação gradativamente se tornaria presente. Vários melhoramentos foram introduzidos, entre eles as máquinas despoldadoras Ridgerwood, Hargreaves e Mac Hardy, que produziam o célebre "café de máquina" de melhor qualidade, porém a mecanização ampliou o fosso que separava o escravismo e o desenvolvimento social necessário para operá-las.

Dentro deste contexto, o trabalho livre passou a ser uma imposição do próprio processo de produção. "Daí que a liberdade do escravo não tenha se constituído em liberdade para o escravo e sim em liberdade para o burguês, isto é, para o capital. Por isso, o escravo libertado caiu na indigência e na desagregação, porque o que importava salvar não era a pessoa do cativo, mas sim o capital. Foi o fazendeiro quem se libertou do escravo e não o escravo que se liberou do fazendeiro"⁽³⁾.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre implicou, no entanto, na substituição do trabalhador. Não foram os libertos os agentes desta transformação, mas sim o imigrante europeu, principalmente os italianos.

A imigração estrangeira para as plantações de café já havia sido tentada desde 1847, com a célebre experiência do senador Vergueiro na sua fazenda Ibicaba, perto de Limeira (SP). Porém baseada em um sistema de parceria, que transformava o imigrante em um semi-escravo do plantador. O fracasso da experiência é bem conhecido e suas consequências também.

Porém, a partir de 1860, isto é no início do período de expansão dos cafezais paulistas, já tinha tomado contornos o sistema de produção que se generalizaria pelo Planalto Paulista: o colonato.

"O que nós chamamos um "colono" em São Paulo não tem nada a ver com um "colono" do sul do Brasil, este últi

timo era um pequeno proprietário rural. O outro não passava de um trabalhador rural, munido de uma carteira fornecida pela "Hospedaria dos Imigrantes", com a qual ele tinha um contrato de trabalho de um ano. Este contrato estabelecia que o trabalhador receberia uma certa soma mensal para cuidar de alguns milhares de pés de cafeeiros; e por outro lado ele receberia um outro salário por jornada de trabalho para o fazendeiro (fora da plantação), estas jornadas eram limitadas em número, e na época da colheita, uma outra quantia proporcional à quantidade de café colhido. Além disso, ele tinha o direito de cultivar, para ele, culturas intercaladas no meio da linha das plantas de café (em uma plantação nova), ou em um local designado pelo fazendeiro para esta utilização"⁽⁵⁾.

O colonato é uma curiosa relação de trabalho, pois traz dentro de si duas componentes básicas: salário e renda. Salário fixo, de acordo com o número de pés e variável, de acordo com a colheita efetuada; e uma parcela em renda, pelo direito do uso da terra por um ou mais anos.

O colonato beneficia o plantador como demonstra Simonsen, pois cada saca de café chegava a custar cerca de 15\$000 nas fazendas escravocratas, enquanto sob regime de trabalho livre custava entre 7\$200 e 9\$000, o que sem dúvida representava uma redução apreciável nos custos de produção⁽⁶⁾.

Por outro lado o colonato acena ao colono a possibilidade de acumular, pois considerando que os salários fossem próximos a quantidade mínima de bens necessários a reprodução do trabalhador, isto é que fosse o mínimo necessário para o

seu sustento, ele ainda dispõe de outro componente fundamental, o acesso formal a uma parcela de terra onde pode explorar o produto de seu trabalho.

Simonsen⁽⁷⁾ fala nos "grandes lucros" auferidos pelos colonos ao praticarem culturas de cereais intercalados entre os pés de café nas novas terras do Oeste Paulista. Imaginamos que a situação não fosse exatamente esta; pois são inúmeros os casos de greves e abandonos de plantações por parte dos colonos, devido aos maus tratos e super exploração do trabalho; porém há um fato insofismável que os colonos preferiam as terras novas para os cultivos a que tinham direito, bem como também preferiam os cultivos intercalados, pois ao mesmo tempo que cuidavam do cafezal, tratavam de seus cultivos.

Não que os colonos obtivessem "grandes lucros" com as culturas que praticassem, mas obtinham alguma renda desta parcela de terra cedida pelo plantador de café, e de se esperar, portanto, que buscassem aumentar ao máximo esta parcela dirigindo-se para terras onde conseguissem rendimentos maiores. Atrás de terras férteis e de cultivos intercalados, a lógica do colono reproduz a lógica do plantador de café.

Deste modo, o desenvolvimento das forças produtivas, bem como o aprofundamento de relações de produção baseadas no trabalho livre levaram a lavoura cafeeira a formidável expansão que apresentou em São Paulo no final do século passado, apropriando-se da fertilidade natural dos solos de "terra roxa" e da mais valia do trabalhador sob o colonato.

4.2.2. A Expansão Cafeeira

A partir da década de 80, especificamente após 1886, quando se desenvolve a cafeeicultura no "oeste paulista" sob regime do colonato, com fornecimento de mão de obra imigrante diretamente subvencionado pelo Estado, com estradas de ferro garantindo o escoamento da produção e com um porto especialmente remodelado após 1888, como é o caso de Santos, que se inicia uma formidável expansão da produção cafeeira que em pouco tempo triplicará a oferta de café brasileiro no mercado internacional⁽⁸⁾.

No período entre 1886/87, com a recuperação do preço internacional, em baixa desde o início da década; foram plantados em São Paulo cerca de 465 milhões de cafeeiros, triplicando o estoque anterior e colocando a capacidade produtiva em 685 milhões, e deixaria a produção paulista como responsável por 60% da produção nacional no início do século XX⁽⁹⁾.

Para entender esta expansão é necessário que se avalie o papel da concentração e centralização dos capitais na passagem para relações capitalistas de produção. Elas se incluem entre os instrumentos de acumulação primitiva e contam com ativa participação do Estado, enquanto instrumento de viabilização do "capital coletivo".

Isto vai aparecer na construção ferroviária, em que os capitais empregados na cafeeicultura se associam para a formação de companhias de estrada de ferro, como no caso da

Paulista, formada por fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras, ou a Mogiana, cujo principal acionista era Queiroz Teles, o rei do café de Mogi-Mirim⁽¹⁰⁾.

Da mesma maneira, são capitais associados que controem os primeiros 260 metros de cais de Santos, inaugurados em 1897, para e pelo café, pois em 1909 de um total de 822.237 toneladas exportadas, o café representava 787.856 toneladas, isto é 95,8% deste movimento⁽¹¹⁾.

Ressalta-se também o papel do Estado de São Paulo, enquanto representante dos cafeeicultores na Política de Imigração para o café, com a fundação de Hospedaria de imigrantes em 1876, a subvenção direta à imigração e a constituição de numerosas sociedades para promover e estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros, o que aliado a situação peculiar do mercado de força de trabalho na Europa e a crise que se defrontava a economia Norte-Americana a partir de 1893 intensificam a corrente imigratória para São Paulo (vide tabela abaixo).

TABELA IV-3

São Paulo: Imigração Subvencionada 1888-1915 -
Total de Imigrantes em São Paulo = 100

Períodos	Total de Imigrantes	Imigrantes Subvencionados (%)
1888/1890	158.240	63,4
1891/1900	719.595	79,9
1901/1910	420.447	40,1
1911/1915	356.045	36,0

Fonte: VILELA, A.V. e SUZIGAN, W - Opus cit. p.265

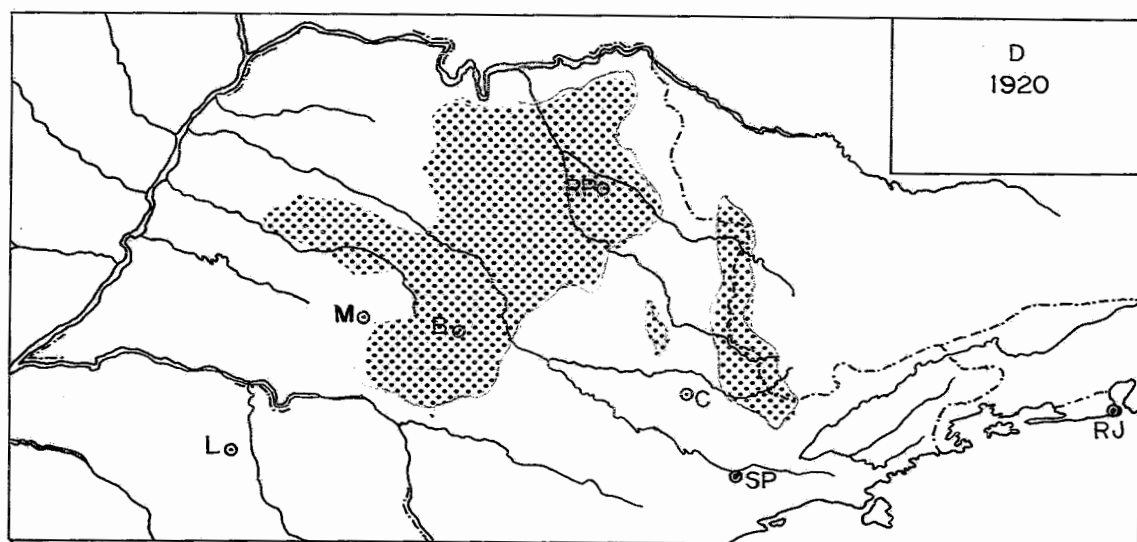
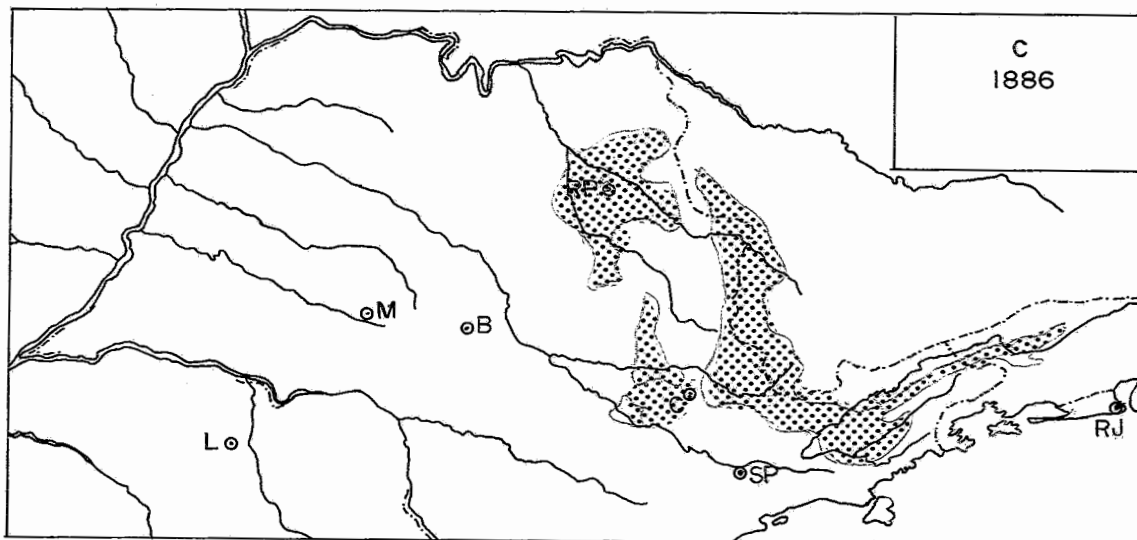
Este quadro mostra a radical diferença entre a produção cafeeira escravagista organizada a partir do Rio de Janeiro no início do século XIX, daquela que se estabelece em São Paulo no último quartel do século. Enquanto na primeira o capital mercantil é o dominante, na segunda existe uma mobilização concentrada na produção, e a partir daí organiza a circulação.

Quando, em 1890, o Porto do Rio de Janeiro perde a primazia da exportação de café para Santos não se tratava apenas de maior proximidade deste último da frente de expansão cafeeira. Na verdade, havia entrado em operação um grande esquema de produção, cujo fundamento não repousava mais nos lucros da comercialização do café, mas em sua produção, enquanto produção de mais valia, viabilizada pela apropriação da fertilidade natural dos solos dos espigões paulistas (Mapa IV-1).

É importante que se considere neste ponto o papel real que assumiu a terra virgem e fértil do oeste de São Paulo, enquanto objeto de trabalho, mobilizada pelo capital para produzir café, enquanto meio de produzir mais valia.

A demonstração nítida de que isto ocorreu está na alteração substancial do circuito de comercialização do café após a expansão do plantio em São Paulo. O comissário, representante mais fiel do capital mercantil, começa a perder importância, "a partir de 1896, o círculo passou a ser alterado. Ao invés de pagar um tributo aos comissários e ensacadores, os exportadores (estrangeiros) preferiam adquirir o café diretamente

MAPA IV-1
A MARCHA DO CAFÉ EM SÃO PAULO



Fonte: França, A - A marcha do café e as frentes

nas fazendas, alargando a margem de lucro e procurando romper com a possibilidade de as casas comissárias conterem a oferta do produto para fecharem negócio nas altas" (12).

Por outro lado as firmas exportadoras foram sendo gradativamente controladas por capitais estrangeiros, que buscavam apropriar-se dos lucros da produção de café. "Companhias como a Brazilian Warrant Ltd., absorveram as instalações de armazenagem e benefício, compraram as firmas de corretores e fazendeiros e adquiriram agências de navegação. Por volta de 1913, apenas duas firmas brasileiras se incluíam entre as quinze maiores casas exportadoras de Santos" (13).

Os "Armazens Gerais" criados no porto de Santos no início do século, definem bem o quadro da circulação da mercadoria café, o produtor entendia-se direto com o exportador, sem a intermediação do comissário. Desaparece o componente tipicamente "urbano" do circuito do café; na verdade para a cafeeicultura capitalista em São Paulo, o urbano era apenas uma série de equipamentos que garantiam a circulação do café até os grandes compradores internacionais, realizando-o enquanto mercadoria e enquanto mais valia.

Neste ponto é possível entender que as crises sucessivas que passa a enfrentar a cafeeicultura brasileira após a expansão em bases capitalistas em São Paulo não são apenas crises conjunturais, provenientes de períodos críticos do mercado consumidor de café, mas refletem crises de superprodução em consequência da expansão dos plantios, agravadas pelo fato

do café ser um vegetal que exige de 4 a 5 anos para entrar em produção, o que levava a um ciclo interno de expansão/retração, que respondia 'defasado' das crises internacionais⁽¹⁴⁾.

Como esclarece Simonsen⁽¹⁵⁾, não se poderia atribuir o início das crises a uma retração na demanda. O consumo mundial saltou de 11 milhões de sacas em 1896 para 16 milhões em 1902 e atingiu 22 milhões em 1914, dobrando em menos de 2 anos e auxiliando a absorção das primeiras grandes safras paulistas. Diversas medidas foram então tomadas para tentar conter a expansão da produção, como a instituição de um imposto sobre cada novo alqueire plantado em 1902; porém isto não impediu que a safra paulista de 1906/07 atingisse 15.408.000, para um consumo mundial de 16 milhões de sacas, quando então consolidou-se a tendência intervencionista expressa no Convênio de Taubaté, com o Estado ingressando definitivamente no controle e valorização do café, enquanto instrumento de política econômica dos interesses envolvidos em sua produção e comercialização.

4.3. O Crescimento Industrial Urbano no Rio de Janeiro

4.3.1. A Transição da Manufatura para a Fábrica

O papel do Estado reflete de modo direto as contradições da formação sócio-econômica, porém é inegável, que na transição para formas industriais de produção, o Estado assume papel preponderante, seja através do emprego dos instrumentos da dívida e receita pública como alavancas da acumulação de capitais, seja através do uso das prerrogativas nacionais pa

ra proteger a nascente indústria da concorrência de outras nações, cuja melhor expressão é a política tarifária e o protecionismo fiscal.

Outro aspecto fundamental desempenhado pelo Estado é como instrumento de concentração e centralização de capitais, contribuindo para a criação de um determinado volume de recursos produtivos concentrados, capaz de propiciar a expansão da atividade industrial em larga escala. O exemplo do Japão muito elucidativo a este respeito.

É necessário perceber que assume importância fundamental a constituição de Bancos e Sociedades Anônimas, compostas de fazendeiros, comerciantes, importadores e especuladores em geral, enquanto instrumento de dotar o capital de sua lógica própria⁽¹⁶⁾.

A Reforma Bancária de 1889 e o Encilhamento, período conturbado em termos financeiros, que se estende nos primeiros anos da década de 1890, que para alguns autores não passa de especulação desenfreada, para outros constituiu um dos períodos basilares da transição para o capitalismo industrial. Nesta direção Lobo (1978) conclui que: "As incorporações, no início da República foram usadas inúmeras vezes para encobrir a especulação e má fé. Entretanto, o legado da política financeira destes primeiros anos republicanos foi o de iniciar a ruptura entre a manufatura e a indústria como processos produtivos distintos" (Grifo nosso)⁽¹⁷⁾.

Estas modificações, que expressam um apro fundamento na transição para o desenvolvimento industrial, ocorrem simultaneamente com a grande expansão do plantio em São Paulo, e definiram as linhas mestras do movimento da economia até 1906/07, quando a queda dos preços internacionais acentou a cri se em que vinha se debatendo a cefeicultura paulista, levou ao plano de valorização, expresso no Convênio de Taubaté, executado diretamente pelo Estado de São Paulo.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital da nascente república e que, em 1890, aglomerava uma população urbana de 691.565 habitantes, dos quais 124.352 eram estrangeiros, representando quase um quarto da população; foi palco de um surto industrial sem precedentes, implantando-se entre 1889 e 1907 a metade das empresas que figuram no Censo Industrial de 1907, empresas essas que sobreviveram a crise do Encilhamento⁽¹⁸⁾.

Uma série de fatores contribuíram para este crescimento industrial. O primeiro deles, pode ser buscado na Abolição. Embora seja conhecido que boa parte dos antigos ca tivos tenha permanecido no campo em uma economia semi-natural de subsistência, com pequeno excedente comercializável, a abolição inegavelmente ampliou o mercado de consumo e de força de traba lho.

Outro fator importante está ligado às trans formações que se processavam nos sistemas de transporte, que intensificaram-se a partir da década de 1870 e constituem a base da circulação mercantil, embora, como já frizamos, tenham tido

sua expansão dirigida em função do café, ligando as áreas produtoras aos portos exportadores, principalmente o Rio de Janeiro. Não existem informações quantitativas sobre o movimento ferroviário nesta fase, porém, é importante ressaltar que, desde 1877, a Corte já estava ligada por ferrovia a São Paulo, o que mesmo considerando as condições precárias de circulação ferroviária da época, pode ser entendido como um esboço de conexão interregional, demonstrando que alguma mercadoria, além de café, circulava por ferrovia.

A expansão de novas nações industrializadas levou ao gradativo rompimento da dependência comercial que era mantida com a Inglaterra, através da importação de manufaturas de outras economias, sem as restrições impostas pelo monopólio britânico.

Acrecente-se a isto algumas manifestações da política econômica do Estado, expressas basicamente nas condições de crédito, câmbio e proteção tarifária, que marcam a passagem do Império para a República. A necessidade de aumentar as receitas públicas em função da forte emissão e o endividamento externo levou a adoção da tarifa-ouro sobre as importações em 1890, que vigorou até 1891, quando foi substituída por uma sobre-taxa de 25%, e em 1892 por tarifas advalorem entre 50 e 60% cobradas em papel moeda.

O resultado é que se criaram condições favoráveis para a expansão da indústria de bens de consumo individuais, cujo melhor exemplo é a de fiação e tecelagem.

Segundo um levantamento efetuado para a Exposição de 1895, que contou com 594 expositores, sendo 268 do Rio de Janeiro; a capital federal possuía 14 indústrias de fiação e tecelagem, enquanto 10 delas estavam instaladas no Estado do Rio de Janeiro.

Somente na cidade do Rio de Janeiro a produção aumentou cerca de 11 vezes entre 1881 e 1895, o mesmo acontecendo com o número de operários, que passou de 530 para 5.435 entre as duas datas, sendo que não são disponíveis informações sobre duas das fábricas em operação na época.

A maioria destas fábricas foram fundadas após 1887, isto é ao mesmo tempo que se expandia em São Paulo a cafeeicultura capitalista e praticamente todas operavam em escala fabril avançada, cujo melhor exemplo é a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu) que "contratou a construção da fábrica com a firma de Londres Morgan Snell e Companhia e importou 1.200 teares, máquinas de alvejar, tinturaria e estamaria. O construtor foi Henrique de Morgan Snell e os contramestres vinham da Inglaterra"⁽¹⁹⁾.

Este fato, isto é a importação de uma fáabrica inteira, demonstra que a indústria têxtil que aqui procurava se instalar no final do século passado operava em escala de produção avançada. Não se tratavam de unidades de tecnologia simples, mas como no caso da Fábrica Bangu, já começavam a trabalhar empregando processos produtivos vigentes nas nações industrializadas. Este fato trouxe um curioso problema, qual seja,

a dependência a fontes de energia elétrica, como as unidades motrizes importadas eram alimentadas por eletricidade e no Brasil não se dispunha de fornecedores externos de energia, as fábricas eram obrigadas a internalizar o fornecimento de energia, isto é, iniciando a operação com unidades geradoras. Daí como mostra o Censo de 1907, isto é um ano após a instalação da Light no Rio de Janeiro, as fábricas consumiam 95% de energia elétrica gerada por fontes próprias.

A despeito deste fator de limitação, a indústria do Rio de Janeiro se expandiu não apenas no setor têxtil, mas por exemplo no ramo alimentar é digno de nota a fundação do Moinho Inglês em 1886 e do Moinho Fluminense em 1887, implantados junto ao porto, e como se observa na tabela a seguir, referente ao período entre 1891 e 1899, há uma sensível redução em alguns bens de consumo individuais e um aumento na importação de bens de produção pelo porto do Rio de Janeiro.

TABELA IV-4

Porto do Rio de Janeiro - Importação (Médias Anuais)

Ramos Industriais e Produtos		1891-95	1896-99
Combustíveis			
Carvão de Pedra	(t)	454.078	564.676
Querosene	(caixas)	427.433	456.186
Matérias Primas Básicas			
Cimento	(barricas)	146.341	155.604
Indústria Química			
Fósforos	(caixões)	17.029	4.963
Têxteis			
Tecido do Cânhamo	(fardos)	2.017	607
Produtos Alimentares			
Farinha de Trigo	(barricas)	472.016	321.617
Massas	(caixas)	40.833	2.793
Bebidas			
Cerveja	(caixas)	57.036	3.302

Fonte: VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W - Opus cit. p.129.

4.3.2. O Impasse na Industrialização

A cidade do Rio de Janeiro havia atingido, na passagem do século, a fase fabril, principalmente nos setores de "ponta" na transição da manufatura para a fábrica, isto é bens de consumo para trabalhadores, basicamente têxtil e ali

mentar, que representavam conjuntamente 47,3% do valor da produção, empregavam 40,0% da força de trabalho e utilizavam 67,2% da força motriz industrial do então Distrito Federal.

Esta situação é clara no setor têxtil, mais precisamente na Fiação e Tecelagem, que com 22 estabelecimentos concentrava 20% do valor da produção, 29,5% dos operários e 50,0% da força motriz empregada na indústria em 1907.

Da mesma maneira no território do antigo Estado do Rio a indústria têxtil representava, em 1907, 40,7% do valor da produção e empregava 54,6% da mão de obra industrial nos 25 estabelecimentos de Fiação e Tecelagem.

Considerando a indústria de fiação e tecelagem como o núcleo da transição da manufatura para a indústria o Estado do Rio de Janeiro (Antigo Estado do Rio mais Distrito Federal) detinha 38,3% da produção nacional, enquanto São Paulo apresentava 26,3% desse total.

É curioso observar que a concentração da indústria de fiação e tecelagem, tende no Rio de Janeiro a acompanhar a da indústria em geral, isto é visível quando se nota que a fiação e tecelagem representava 38,3% do total do Brasil no ramo e a indústria em geral concentrava 37,6% do total do valor da produção brasileira.

No caso do antigo Distrito Federal, conforme podemos observar na tabela a seguir, esta concentração é

menor (25,% da indústria de fiação e tecelagem contra 29,9% do valor total da produção industrial), quanto a São Paulo, no entanto, a situação é inversa; pois já em 1907 a produção têxtil já representava cerca de 1/4 do total nacional, enquanto a indústria em geral apenas 1/6.

TABELA IV-5

Valor da Produção Industrial - % do Total Nacional
1907

	Indústria em Geral	Fiação e Tecelagem
Rio de Janeiro	37,6	38,3
Distrito Federal	29,9	25,0
Rio de Janeiro	7,7	13,3
São Paulo	16,1	26,3

Fonte: Centro Industrial do Brasil, O Brasil e suas Riquezas Naturais e sua Indústrias - Vol.III, Rio de Janeiro, Morosco, 1909.

Isto leva a concluir que no Rio de Janeiro havia uma diversificação na produção industrial superior a São Paulo, o que é confirmado por Cano(1977): "tendo-se em conta que, dos 98 grupos de produtos que figuram no Censo de 1907, a Guanabara tinha fábricas que produziam 78 desses grupos de produtos, e em 20 deles ela era a única produtora do país".⁽²⁰⁾

Deve-se, no entanto, ponderar esta diversificação pelas características peculiares do Rio de Janeiro, enquanto grande centro urbano e capital da República, quanto ao

consumo de bens de "luxo", produzidos em pequena escala e de alcance restrito ao mercado local.

Eis aí um legado do apogeu mercantil e escravista, em que a indústria atuava entre a importação e a produção doméstica, que marcou profundamente o desenvolvimento do Rio de Janeiro, pois a incapacitou de conquistar os mercados que se abriram com a expansão cafeeira e a abolição do trabalho escravo. No momento em que a divisão do trabalho em sociedade passa a ser organizada em função da divisão fabril do trabalho, o Rio de Janeiro não dispunha de condições de garantir um fluxo constante de matérias primas em escala compatível com a expansão industrial, nem muito menos alargar sua área de mercado sobre a frente cafeeira em São Paulo.

O Rio de Janeiro importava praticamente toda a matéria-prima e todos os gêneros alimentícios, seja do exterior, seja por cabotagem. Quanto aos alimentos, a simples observação da tabela abaixo mostra esta dependência dos produtores estrangeiros nos gêneros de primeira necessidade, em plena fase de crescimento industrial.

TABELA IV-6

Porto do Rio de Janeiro - Importações de Gêneros Alimentícios e Forragens Agrícolas, 1888-1899 (Médias Anuais)

Produtos	1888	1889-1890	1891-1894	1895-1899
Alfafa (Fardos)	76.968	171.532	334.434	265.289
Arroz (Sacos)	393.538	724.111	1.267.566	1.214.009
Banha (Barris)	35.833	95.517	69.227	117.233
Charque (t)	-	-	48.013	48.880
Farelo (Sacos)	45.940	12.189	65.261	26.604
Milho (Sacos)	274.422	660.787	396.050	873.712
Toucinho (Barris)	-	-	38.288	41.227

Fonte: Villela e Suzigan, opus cit., p.112.

Isto permite avaliar os custos de reprodução da força de trabalho no Rio de Janeiro no início do século. Desde 1890 já haviam organizações de classe atuando sobre a luta por aumento de salários e em 1906 aconteceram 17 greves no Rio de Janeiro, entre elas a célebre Greve dos Sapateiros.

Desde o início, a indústria no Rio de Janeiro foi obrigada a pagar salários mais elevados do que o restante do país, isto porque os custos dos gêneros de primeira necessidade sempre foram altos, em virtude do pequeno desenvolvimento da agricultura mercantil.

Da mesma maneira é possível generalizar a situação para o fornecimento de matérias primas industriais,

basta tomar o exemplo do algodão, que no Rio de Janeiro sempre foi importado, enquanto em São Paulo a produção agrícola da fibra acompanha, de certo modo, o desenvolvimento da indústria têxtil, saltando de 3.000 toneladas em 1905 para cerca de 12.000 toneladas em 1913.

Isto permite colocar uma questão fundamental, a indústria não se desenvolveu desligada da agricultura, elas se interpenetram apoiando-se uma na outra. A indústria necessita da agricultura enquanto fornecedora de matérias primas e alimentos para reduzir os custos de produção, ao mesmo tempo que compete com ela pela força de trabalho, sendo que nas primeiras fases do desenvolvimento industrial, principalmente na manufatura, não existe uma divisão nítida entre campo e cidade, porém com a divisão fabril do trabalho, o campo passa a ser subordinado a cidade, tornando-se fornecedor de matérias primas, alimentos e força de trabalho.

No entanto, a expansão da cafeeicultura em São Paulo, transferiu o eixo de acumulação "rural" para fora da área de influência do centro "urbano" do Rio de Janeiro; mais que isto, a produção cafeeira com trabalho livre possuía uma lôgica semelhante a indústria no que diz respeito ao fornecimento de alimentos e gêneros de primeira necessidade, pois necessitava, da mesma maneira baratear os custos de produção e reprodução da força de trabalho. Daí não ser estranho que, a partir do início do século XX, tenha se expandido a produção de alimentos, iniciando, segundo alguns, o processo de "substituição de importações" em bens de consumo para trabalhadores em São

Paulo, como consequência direta das relações de colonato, que desenvolveram a produção mercantil de alimentos, e através do estímulo a plantações de gêneros alimentícios em pequenas propriedades de "sitiantes".

A dependência da indústria carioca dos fornecedores de matéria prima e alimentos pode ser observada nitidamente logo após a eclosão da Primeira Guerra, quando o Centro Industrial do Brasil, que representava o interesse da indústria do Rio de Janeiro, principalmente a têxtil, solicita linhas especiais de crédito para fazer frente às exigências dos fornecedores de algodão, que passaram a cobrar pagamento à vista antes do embarque do produto.

Por outro lado, a indústria paulista apresenta, no período entre 1909 e 1913, forte expansão da capacidade produtiva, e, considerando o crescimento da produção de tecidos de algodão, a indústria paulista cresceu 325% entre 1907 e 1919⁽²¹⁾.

TABELA IV-7

Distrito Federal
Estrutura Industrial
(Valor Bruto da Produção %)

	1907	1919
Têxteis	20,6	20,6
Fiação e Tecelagem	19,8	19,5
Couros e Peles	0,6	1,6
Madeiras	6,3	3,0
Metalurgia	6,6	5,3
Cerâmica	2,2	1,4
Produtos Químicos	9,4	6,6
Alimentação	26,7	37,9
Moagem de Cereais	10,2	13,2
Refinação de Açúcar	5,9	6,3
Cerveja	4,3	6,5
Vestuário	15,9	17,5
Chapêus	3,8	2,5
Mobiliário	3,3	2,4
Edificação	1,2	0,4
Aparelhos de Transporte	6,4	2,8
Outras	0,8	0,5
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Lobo, E.L. - Opus cit., p.606 a 608.

Quando observamos a estrutura da produção industrial do município do Rio de Janeiro, então Distrito Federal entre os dois censos, de 1907 e o de 1920 (guardadas as ressalvas quanto a comparabilidade das informações, mas empregando-as como duas amostras da distribuição setorial da indústria carioca em dois momentos no tempo) podemos observar que a participação do setor têxtil permanece inalterada (20,6% nos dois períodos), o único setor que aumenta significativamente sua participação é o alimentar, que passa de 26,7% em 1907 para 37,9% em 1919. Isto confirma que a expansão industrial do Rio de Janeiro a partir de 1906/07, intensificada durante a guerra após 1915, se deu basicamente no setor alimentar, e não na indústria de fiação e tecelagem, que representava a transição para formas fabris de produção.

Além do alimentar, os dois únicos setores que aumentam sua participação relativa são os de couros e peles, que passa de 0,6% para 1,3%, e o de vestuário, que cresce sua participação de 15,9% para 17,5%, o que tende a demonstrar que a indústria carioca estava se expandindo sobre seu próprio mercado urbano.

Neste momento já é possível avaliar o poderio da indústria paulista, pois no último ano da guerra, isto é 1918, em virtude da crise dos mercados exteriores, as exportações paulistas para o restante do país representavam 45,9% das exportações totais de São Paulo; e que, mesmo considerando as condições extremamente desfavoráveis do comércio exterior, demonstra o poder de penetração da economia paulista no restante

do país, inclusive e principalmente no Rio de Janeiro⁽²²⁾.

O censo de 1920 já revela a concentração industrial de São Paulo e o seu papel proeminente no quadro nacional, ultrapassando o Rio de Janeiro, como podemos observar na tabela IV-8.

TABELA IV-8

Participação Percentual no Setor Industrial - 1920

	Estabelecimentos	Operários	Capital	Produção
Rio de Janeiro	14,9	26,5	32,5	28,5
- Distr. Federal	11,5	20,4	25,6	22,3
- R. de Janeiro	3,4	6,1	6,9	6,2
São Paulo	31,1	30,5	29,6	33,0
Outros	54,0	43,0	37,9	38,5
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento Geral de 1920.

É notável observar que estas transformações se processaram não só graças ao setor de fiação e tecelagem, mas também em setores cuja produção do Rio de Janeiro era tradicionalmente estabelecida, como é o caso da produção de chapéus, pois a participação paulista na produção chapeleira salta de 30%, em 1907, para 66%, em 1919, da produção nacional; enquanto no município do Rio de Janeiro cai de 42% para 27% no mesmo período⁽²³⁾.

A década de 1920 é marcada pela continuação da política de valorização do café, o que em parte facilita a nova expansão do cultivo não só em São Paulo, como também em Minas Gerais e principalmente o Espírito Santo, o que beneficia o Rio de Janeiro, enquanto centro portuário e comercial, garantindo novos mercados a indústria carioca.

Por outro lado, datam deste período os primeiros investimentos diretos de capital estrangeiro na atividade de manufatureira, com a instalação em 1921 da "Chimica Bayer" junto ao porto do Rio de Janeiro, para a produção de corantes, bem como a "General Electric", no mesmo ano, para a fabricação de lâmpadas incandescentes.

Durante a década de 1920, a indústria têxtil nacional experimenta um processo de crise; o que é notório no Rio de Janeiro quando a produção da fábrica Bangu cai de cerca de 16 mil metros de pano em 1923, para aproximadamente 10 mil metros em 1926, e para 6 mil metros em 1928⁽²⁴⁾.

Os industriais reclamavam diretamente da competição do similar importado e do alto custo da matéria prima e de todo o modo a crise no ramo têxtil prolongou-se pelos setores de vestuário e calçados, e perduraria até o final da Grande Depressão de 1929/33.

A crise de 1929 altera radicalmente o padrão de reprodução capitalista no Brasil e culmina todo um processo de transição que se estendeu desde a abolição da escravidão e

representa a ruptura da propriedade da terra para a propriedade do capital.

O Rio de Janeiro sofreu diretamente os efeitos da crise, sua indústria foi incapaz de acompanhar a expansão e do parque industrial paulista no período entre 1933 e 1939. De ora em diante, a indústria no Rio de Janeiro desenvolve-se subordinada ao ritmo de expansão de São Paulo.

N O T A S

- (1) - SWEEZY, P. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p.333.
- (2) - DOBB, M - Economia Política e Capitalismo, Rio de Janeiro, Graal, 1978, p.173.
- (3) - VALVERDE, O - A Fazenda Escravista do Café, no Brasil - Revista Brasileira de Geografia, Jan/Mar, 1967, p.78.
- (4) - MARTINS, L.S - O Café e a Gênese da Industrialização de São Paulo, Debates, julho, 1977, p.13.
- (5) - VALVERDE, O - Caracteristiques et Tendences des Plantations Brésiliennes - Centre D'Études de Geographie Tropical, CNRS, Bordeaux, 1973, p.75.
- (6) - SIMONSEN, R.C - Evolução Industrial do Brasil e Outros Ensaios, São Paulo, Nacional, 1973, p.210.
- (7) - SIMONSEN, R.C. - Opus cit., p.210.
- (8) - SIMONSEN, R.C. - Opus cit., p.210.
- (9) - CANO, W - Raizes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Difel, 1977, p.42 e 43.
- (10) - SILVA, S - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p.57.
- (11) - ARAUJO FILHO, J.R - Santos, o Porto do Café, Rio de Janeiro, IBGE, 1973, p.211 e 212.

- (12) - MARTINS, J.S - Opus cit., p.79/80.
- (13) - DEAN, W - A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difel, 1971, p.62.
- (14) - CADOSO DE MELO, J.M - O Capitalismo Tardio, Campinas, 1975 (MIMEO).
- (15) - SIMONSEN, R.C - Opus cit., p.217 a 221.
- (16) - MARTINS, J.S - Opus cit., p.13 e 14 mostra isto quando afirma:
- "A cafeeicultura e a urbanização dos investimentos, mostrou que, pelo menos até 1905, os fazendeiros dedicavam-se a diversos negócios, além de suas fazendas: comércio, bancos, ferrovias, indústria, comércio imobiliário, mas principalmente como acionistas das empresas - sociedades anônimas em que tinham participação juntamente com um grande número de outros investidores".
- (17) - LOBO, E.L - História do Rio de Janeiro, (Do capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro), Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, p.463.
- (18) - LOBO, E.L. - Opus cit., p.474.
- (19) - LOBO, E.L. - Opus cit., p.484/485.
- (20) - CANO, W - Opus cit., p.240.

(²¹) - CANO, W - Opus cit., p.153.

(²²) - CANO, W - Opus cit., p.268.

(²³) - CANO, W - Opus cit., p.239.

(²⁴) - LOBO, E.L.- Opus cit., p.538/539.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto neste trabalho consistiu em uma reflexão crítica sobre as dimensões espaciais do processo de transição para a economia urbano-industrial no Rio de Janeiro. Procurou-se com isto, além da compreensão de alguns conceitos em realidades historicamente determinadas.

Partiu-se da noção ampla de espaço da produção e reprodução social, inscrito pelo capital mercantil e manufactureiro europeu sob a forma de espaço colonial, construído sobre braço escravo e diretamente subordinado aos centros de acumulação primitiva da Europa. Sobre este espaço, pouco definido, observou-se a emergência da burguesia mercantil colonial, enquanto classe social capaz de dar contornos nítidos ao espaço da produção do Rio de Janeiro, participando diretamente da construção da Região Mercantil Escravista Cafeeira.

A Região Mercantil Escravista Cafeeira do Rio de Janeiro estava inscrita pelas relações entre a produção do café, que era agrária, e sua comercialização, que era urbana, o que representava um esboço de divisão interna do trabalho, bem como permitia que uma parcela do produto do trabalho escravo e da fertilidade da terra permanecesse, sob a forma de riqueza móvel, nas mãos da burguesia urbana do Rio de Janeiro.

A pequena produção mercantil na cidade do Rio de Janeiro embora sobrevivendo entre a Indústria Doméstica e a importação de manufaturados, inicia a transição para a

manufatura em plena expansão da frente cafeeira escravista do café durante meados do século passado, embora profundamente marcada pelo caráter escravagista das relações de trabalho.

A internalização de relações capitalistas de produção levou ao desenvolvimento de dois polos no interior da região cafeeira: a "cidade" mercantil manufatureira do Rio de Janeiro e o "campo" capitalista cafeeiro de São Paulo, que em determinadas situações possuíam interesses antagônicos.

A industrialização se deu em duas frentes distintas, o que coloca em dúvida a noção de "Região Cafeeira", pois no momento da transição não havia apenas uma "região", mas sim duas. O espaço deu contiguidade à "marcha do café", mas duas estruturas produtivas distintas se apropriaram de seus frutos; de um lado os proprietários de escravos e a burguesia mercantil, de outro proprietários de capital e de terras, porém terras enquanto instrumento de extração de mais valia, através das relações de trabalho do colonato.

Neste sentido o espaço formou a ponte entre duas formações sócio-econômicas distintas. Mais que isto revelou as marcas profundas do legado escravista e mercantil no Rio de Janeiro.

Este legado pode ser visto em dois aspectos fundamentais: primeiro a prematura separação da nascente indústria de seu suporte agrícola, pois a depauperação extrema do solo, aliada a inexistência da pequena produção mercantil agrária,

resultantes do passado mercantil escravista, abriram um fosso que separava a "cidade" do Rio de Janeiro de seu "campo".

Segundo pela incapacidade do capital industrial de superar a dominação do capital mercantil e conquistar através da produção a circulação de mercadorias, pois o comércio importador do Rio de Janeiro permaneceu com o controle sobre a circulação de mercadorias para um vasto "hinterland" o que manteve o papel fundamental de porto importador, que caracterizava o Rio de Janeiro no período mercantil escravista.

Esta visão procurou demonstrar a validade histórica dos conceitos empregados na análise do espaço da produção, ao mesmo tempo que ressaltou o papel das relações espaciais enquanto parte integrante dos processos econômicos e sociais.

Por final, cabe destacar o caráter exploratório deste trabalho, procurando seguir uma linha de pesquisa que não se esgota em seus limites, mas pelo contrário coloca novas questões, cuja resposta exige que se trabalhe profundamente as relações espaciais em cada período histórico.

A importância do espaço enquanto elemento integrante das contradições sociais e políticas da sociedade coloca a "questão espacial" na ordem do dia, porém não como mera tipologia empírica, mas sim empregando os métodos da economia política.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - AMIN, Samir, Capitalismo Periferico y Comércio Internacional, Buenos Aires, Periferia, 1974, 112 pp.
- 2 - AMIN, Samir, O Desenvolvimento Desigual, Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976, 334 pp.
- 3 - AMIN, Samir, La acumulacion a Escala Mundial Critica de la Teoria del Subdesarollo, México, Siglo Veintiuno, 1977, 660 pp.
- 4 - ANTONIL, A. João, Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas, Rio de Janeiro, IBGE, 1963, 104 pp.
- 5 - ARAUJO, FILHO, J.E., Santos o Porto do Café, Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
- 6 - BARROS, H., Grandes Eixos de Circulação, Grande Região Leste, IBGE, 1965. 486 pp.
- 7 - BECKER, Bertha, Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Ano 34, nº4, IBGE, 1972, 16 pp.
- 8 - BERNARDES, L.M.Cavalcanti, Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1957, 248 pp.

- 9 - BERNARDES, L.M.Cavalcanti, Importância da Posição como Fator do Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- 10 - BERNARDES, L.M.Cavalcanti, Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia nº 4, Ano 33, out/dez 1971, 99-107 pp.
- 11 - BETTELHEIM, Charles, A Transição para a Economia Socialista, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, 334 pp.
- 12 - BETTELHEIM, Charles, Planificação e Crescimento Acelerado, R.J., Zahar, 1976, 261 pp.
- 13 - BOUDEVILLE, Jacques, R., Os Espaços Econômicos, São Paulo, Difel, Coleção Saber Atual, 1973, 122 pp.
- 14 - BUESCU, Mircea, Evolução Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Apec, 1974, 229 pp.
- 15 - CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Difel, 1977, 317 pp.
- 16 - CANO, Wilson, Economia do Ouro em Minas Gerais (século XVIII), Contexto nº 3, São Paulo, Hucitec, 1977, 20 pp.
- 17 - CARDOSO, Fernando Henrique, FALLETO, Enzo, Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 143 pp.

- 18 - CARDOSO, Fernando Henrique, FALLETO, Enzo, Cidade e a Política. Do Compromisso ao Conformismo. Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 19 - CARDOSO, Fernando Henrique, FALLETO, Enzo, As Classes Sociais na América Latina, São Paulo, 1973, Mimeo.
- 20 - CARDOSO DE MELLO, U.M., O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, apresentada na UNICAMP, 1975, Mimeo.
- 21 - CARONE, Edgard, O Pensamento Industrial no Brasil (1880, 1945). Rio de Janeiro, Difel, 1977, 582 pp.
- 22 - CASTELLS, M., La Urbanizacion Dependiente en America Latina, Imperialismo y Urbanizacion en America Latina, Barcelona, Gustavo Gilli, 1973, 7-26 pp.
- 23 - CASTELLS, M., La Question Urbaine, Paris, Maspero, 1972, 447 pp.
- 24 - CASTELLS, M., Luttés Urbaines, Paris, Maspero, 1972, 131 pp.
- 25 - CASTELLS, M., Sociologie de l'Espace Industriel, Paris, Editions Anthropos, 1975, 219 pp.
- 26 - CASTELLS, M., A Questão Urbana (Postfacio) - Seleção de Textos, nº 3, São Paulo, A.G.B., 1-38 pp., 1977.
- 27 - CASTELLS, Manuel e GODARD, Francis, Monopolville, L'Enterpri- se, L'Etat, L'Urbain, Paris, Mouton, 1974, 484 pp.

- 28 - CASTRO, Antonio Barros, 7 Ensaaios Sobre a Economia Brasileira, Vol.I e Vol.II, Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- 29 - CHALOUT, Yves, Estado, Acumulação e Colonialismo Interno, Petrópolis, Vozes, 1978, 152 pp.
- 30 - CONRAD, Robert, Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, 334 pp.
- 31 - DEAN, W., A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Difel, Eclusp, 1971, 272 pp.
- 32 - DOBB, Maurice, Economia Política e Capitalismo, Rio de Janeiro, Graal, 1978, 259 pp.
- 33 - DOBB, Maurice, A Evolução do Capitalismo, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, 480 pp.
- 34 - DOLLFUSS, Olivier, O Espaço Geográfico, São Paulo, Difel, Coleção Saber Atual, 1975, 121 pp.
- 35 - EMANUEL, Arghiri e Outros, Imperialismo y Comercio Internacional, Madrid, Siglo Veinturino, 1977.
- 36 - FERNANDES, Florestan, A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 413 pp.
- 37 - FOLIN, Marino, La ciudad del Capital y otros Escritos, Barcelona, Gustavo Gilli, 1977.

- 38 - FRANÇA, Ari, A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960.
- 39 - FRANK, Andrew Gunder e Outros, Urbanização e Subdesenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1969, 199 pp.
- 40 - FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Nacional, 1974, 248 pp.
- 41 - FURTADO, Celso, Formação Econômica da América Latina, Rio de Janeiro, Lia Editora, 1969, 366 pp.
- 42 - FURTADO, Celso, O Mito do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, 117 pp.
- 43 - GENOVESE, Eugene, A Economia Política da Escravidão, Rio de Janeiro, Pallas, 1976, 256 pp.
- 44 - GEORGE, Pierre, Geografia Urbana, Barcelona, Ariel, Coleção Elvano, 1977, 281 pp.
- 45 - GRAHAN, Richard, Grã Bretanha e o Início da Modernização do Brasil, 1850-1914, São Paulo, Brasiliense, 380 pp.
- 46 - HARLOE, Michael (org.), Captive Cities, London, John Wiley & Sons, 1977, 218 pp.
- 47 - HARVEY, David, Urbanismo y Desigualdad Social, Madrid, Sigloveintiuno, 1977, 340 pp.

- 48 - IANNI, Octávio, Escravidão e Racismo, São Paulo, Hucitec, 1978, 142 pp.
- 49 - IBGE, Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geógrafos, 1967, 158 pp.
- 50 - IBGE, Implantação Industrial no Brasil Sudeste, Grupo de Estudos de Geografia das Indústrias, Rio de Janeiro, 1962, 29 pp.
- 51 - KATZMAN, Martins, Cities and Frontiers in Brazil. Regional Dimensions of Economic Development, Cambridge, Haward, University Press, 1977, 252 pp.
- 52 - LEFEBVRE, Henri, O Direito da Cidade, São Paulo, Documentos, 1969, 133 pp.
- 53 - LEFEBVRE, Henri, Espace et Politique. Le Droit à la Ville II, Paris, Anthropos, 1972, 174 pp.
- 54 - LENIN, Vladimir Ilich, El Desarrollo del Capitalismo en Russia. El Proceso de la Formacion de un Mercado Interior para la Gran Industria, Barcelona, Ariel, 1974, 577 pp.
- 55 - LIMA, Heitor Ferreira, Formação Industrial do Brasil, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, 324 pp.
- 56 - LIMA, Heitor Ferreira, 3 Industrialistas Brasileiros, Mauá-Rui Barbosa - Simonsen, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, 197 pp.

- 57 - LIPIETZ, Alain, Le Capital et son Espace, Paris, Maspero, 1977, 167 pp.
- 58 - LOBO, Eulália M.L., História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, 994 pp.
- 59 - LUXEMBOURG, Rosa, A Acumulação do Capital, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 516 pp.
- 60 - MARTINS, José de Souza, A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, São Paulo, Pioneira, 1973, 222 pp.
- 61 - MARTINS, José de Souza, O Café e a Gênese da Industrialização em São Paulo, in Contexto nº 3, julho/1977, Hucitec, 1-17 pp.
- 62 - MARTINS, José de Souza, O Empresário e a Empresa, São Paulo, Hucitec, 1973, 121 pp.
- 63 - MARX, Karl, Formações Econômicas Pré Capitalistas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, 136 pp.
- 64 - MARX, Karl, O Capital, Livro I, Vol.I e Vol.II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- 65 - MARX, Karl, O Capital, Livro I, Cap.VI (inédito), São Paulo, Ciências Humanas, 1978, 148 pp.

- 66 - MESSIAS da Costa, & MORAES, A.C., Robert, Valor, Espaço e a Questão do Método, in Temas nº 5, São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 59-74 pp.
- 67 - MOTA, C.Guilherme (org.), Brasil em Perspectiva, São Paulo, Difel, 1969, 370 pp.
- 68 - MOMBEIG, Pierre, Pionniers et Planteurs de São Paulo, Cahiers de la Fondation National des Sciences Politiques, Paris, 1952, Libraire Armand Colin, 375 pp.
- 69 - MORSE, Richard, A Evolução das Cidades Latino Americanas, Cadernos CEBRAP nº 22, São Paulo, 1975.
- 70 - MYRDAL, Gunnar, Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas, Rio de Janeiro, Saja, 1972, 231 pp.
- 71 - NORMANO, U.F., Evolução Econômica do Brasil, São Paulo, Nacional, 1975, 216 pp.
- 72 - OLIVEIRA, Francisco, A Economia da Dependência Imperfeita, São Paulo, Graal, 1977, 159 pp.
- 73 - OLIVEIRA, Francisco, Elegia para uma Re(li)gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 132 pp.
- 74 - OLIVEIRA, Francisco, Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização. A Nova Qualidade do Conflito de Classes, in Contraponto nº 1, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Noel Nutles, 1976.

- 75 - PERRoux, François, L'Économie du XX^{ème} Siècle, Paris, P.U. F., 1964.
- 76 - PIGNATON, A.A., Origem da Industrialização no Rio de Janeiro, Dados, nº 15, Rio de Janeiro, 1977, 139-154 pp.
- 77 - PRADO JUNIOR, Caio, Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia, São Paulo, Brasiliense, 1945, 388 pp.
- 78 - PRADO JUNIOR, Caio, História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 355 pp.
- 79 - PRADO JUNIOR, Caio, Evolução Política do Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Brasiliense, 1953, 271 pp.
- 80 - RATTNER, Henrique, Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, Editora Nacional, 1974, 161 pp.
- 81 - RATTNER, Henrique, Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972, 215 pp.
- 82 - REIS Filho, NESTOR Goulart, Evolução Urbana no Brasil, (1500-1720), São Paulo, Pioneira, 1968, 235 pp.
- 83 - RICHARDSON, H.W., Economia Urbana, Rio de Janeiro, Editora Interciências, 1978.

- 84 - ROFFMAN, Alejandro Boris, Dependencia, Estructura de Poder y Formacion Regional en America Latina, Buenos Aires, 1974, 262 pp.
- 85 - SANTOS, Milton, Relações Espaço Temporais no Mundo Subde desenvolvido, Seleção de Textos nº 1, São Paulo, AGB, 1976, 17-23 pp.
- 86 - SANTOS, Milton, Espaço e Dominação, Seleção de Textos nº4, São Paulo, AGB, Junho/78, 3-27 pp.
- 87 - SANTOS, Milton, Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método, Boletim Paulista de Geografia, nº 54, Junho/77, 81-99 pp.
- 88 - SANTOS, Milton, Por uma Geografia Nova, São Paulo, Hucitec, 1978, 236 pp.
- 89 - SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, 120 pp.
- 90 - SIMMES, Georg e Outros, O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- 91 - SIMONSEN, Roberto C., História Econômica do Brasil, (1500-1800), São Paulo, Nacional, 1978, 479 pp.
- 92 - SIMONSEN, Roberto C., Evolução Industrial do Brasil e Outros Ensaíos, São Paulo, Editora Nacional & Editora USP, 1973, 479 pp.

- 93 - SINGER, Paul, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Editora Nacional e Editora USP, 1968, 377 pp.
- 94 - SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, São Paulo, CEBRAO & Brasiliense, 1973, 152 pp.
- 95 - SODRÉ, Nelson Werneck, História da Burguesia Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 383 pp.
- 96 - SWEEZY, Paul M., Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- 97 - SWEEZY, Paul e Outros, Da Transición del Feudalismo al Capitalismo, Madrid, Ciencia Nueva, 1968, 149 pp.
- 98 - VARVERDE, Orlando, Caracteristiques et Tendances des Plantations Brésiliennes, Centre D'Etudes de Geographie Tropical, Paris, CNRS, 1973, 113 pp.
- 99 - VALVERDE, Orlando, A Fazenda de Café Escravocrata, Revista Brasileira de Geografia, Jan/Março, 1967.
- 100 - VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, V.R. (org.), Formação Econômica do Brasil. A Experiência da Industrialização, São Paulo, Saraiva, 1977, 410 pp.
- 101 - VILELA, A.V. & SUZIGAN, W., Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira - 1889/1945, Rio de Janeiro, IPEA, 1973, 468 pp.

- 102 - VILELA LUZ, Nícia, A Luta pela Industrialização no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1975, 224 pp.
- 103 - VIOTTI DA Costa, Emília, Da Monarquia a República. Momentos Decisivos, São Paulo, Grigalbo, 1977, 326 pp.
- 104 - WAIBEL, L., A Forma Econômica da "Plântage" Tropical. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
- 105 - WILLIAMS, Eric, Capitalismo e Escravidão, Rio de Janeiro, Americana, 1975.